

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	7
3.4 - Política de destinação dos resultados	8
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	10
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	11
3.7 - Nível de endividamento	12
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	13
3.9 - Outras informações relevantes	14

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	15
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	18
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	19
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	30
4.5 - Processos sigilosos relevantes	31
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	32
4.7 - Outras contingências relevantes	33
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	34

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	35
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	36
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	38
5.4 - Outras informações relevantes	39
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	40
6.3 - Breve histórico	41
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	42
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	43
6.7 - Outras informações relevantes	44
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	45
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	46
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	47
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	51
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	52
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	53
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	54
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	55
7.9 - Outras informações relevantes	56
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	57
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	58
8.3 - Operações de reestruturação	59
8.4 - Outras informações relevantes	60
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	61
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	62

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	63
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	66
9.2 - Outras informações relevantes	67
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	68
10.2 - Resultado operacional e financeiro	71
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	72
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	73
10.5 - Políticas contábeis críticas	74
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	87
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	88
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	89
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	90
10.10 - Plano de negócios	91
10.11 - Outros fatores com influência relevante	92
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	93
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	94
12. Assembléia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	95
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	98
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	99
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	100
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	101
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	102
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	104
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	105

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	106
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	107
12.12 - Outras informações relevantes	108

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	109
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	111
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	114
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	115
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	116
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	117
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	118
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	119
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	120
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	121
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	122
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	123
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	124
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	125
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	126
13.16 - Outras informações relevantes	127

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	128
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	129
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	130

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	131
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	132
15.3 - Distribuição de capital	144
15.4 - Organograma dos acionistas	145
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	146
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	147
15.7 - Outras informações relevantes	148
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	149
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	150
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	151
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	152
17.2 - Aumentos do capital social	153
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	154
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	155
17.5 - Outras informações relevantes	156
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	157
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	158
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	159
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	160
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	161
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	162

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	163
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	164
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	165
18.10 - Outras informações relevantes	166
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	167
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	168
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	169
19.4 - Outras informações relevantes	170
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	171
20.2 - Outras informações relevantes	172
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	173
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	174
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	175
21.4 - Outras informações relevantes	176
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	177
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	178
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	179
22.4 - Outras informações relevantes	180

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Augusto Lauro de Oliveira Junior

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	210-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Associados
CPF/CNPJ	52.803.244/0009-63
Período de prestação de serviço	19/10/2007
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos, R\$ 101.920,00; e R\$ 12.000,00 para serviços de diagnóstico para adequação e adaptação dos procedimentos contábeis atuais às Normas contábeis internacionais ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.
Justificativa da substituição	Não houve
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
PAULO RICARDO PINTO ALANIZ	19/10/2007	369.375.330-04	Rua Florêncio Ygartua nº 270, 9º andar, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-010, Telefone (51) 33300452, Fax (51) 33300452, e-mail: palaniz@kpmg.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

2.3. Outras informações relevantes

Não se aplica à Companhia. Justificativa: A Administração da Cia. entende não haver outras informações relevantes a apresentar sobre esse item que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/12/2008)
Patrimônio Líquido	344.934.000,00	344.950.000,00	0,00
Ativo Total	781.337.000,00	687.338.000,00	0,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	670.746.000,00	664.545.000,00	0,00
Resultado Bruto	169.027.000,00	146.345.000,00	0,00
Resultado Líquido	12.155.000,00	7.808.000,00	0,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	10.582.000	10.582.000	0
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	32,600000	31,650000	0,000000
Resultado Líquido por Ação	1,150000	0,740000	0,000000

3.2 - Medições não contábeis

3.2. Medições não contábeis

3.2.1. A Companhia divulga medições relacionadas ao Conceito *EBTDA - Earnings before interest, tax, depreciation and amortization*, equivalente no Brasil ao LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, conforme detalhado abaixo:

a) Valor das medições não contábeis:

CONSOLIDADO	2010*	2009*	2009	2008
EBITDA / LAJIDA MR\$	47.237	31.766	34.294	86.658
EBITDA / LAJIDA %	7%	5%	5%	11%

* IFRS

CONTROLADORA	2010*	2009*	2009	2008
EBITDA / LAJIDA MR\$	41.656	23.177	25.707	79.112
EBITDA / LAJIDA %	6%	3%	4%	10%

* IFRS

CONTROLADA	2010*	2009*	2009	2008
EBITDA / LAJIDA MR\$	5.581	8.588	8.587	7.546
EBITDA / LAJIDA %	32%	50%	50%	49%

* IFRS

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas, em milhares de Reais:

CONSOLIDADO	2010*	2009*	2009	2008
Lucro Bruto antes do Resultado Financeiro	36.834	23.335	19.707	73.241
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-
Depreciações e Amortizações do Permanente	10.403	8.431	14.587	13.646
EBITDA / LAJIDA MR\$	47.237	31.766	34.294	86.659

* IFRS

CONTROLADORA	2010*	2009*	2009	2008
Lucro Bruto antes do Resultado Financeiro	33.753	19.127	15.152	68.981
Equivalência Patrimonial	(213)	1.691	1.691	1.064
Depreciações e Amortizações do Permanente	7.690	5.741	12.246	11.195
EBITDA / LAJIDA MR\$	41.656	23.177	25.707	79.112

* IFRS

CONTROLADA	2010*	2009*	2009	2008
Lucro Bruto antes do Resultado Financeiro	2.868	5.898	6.246	5.095
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-
Depreciações e Amortizações do Permanente	2.713	2.690	2.341	2.451
EBITDA / LAJIDA MR\$	5.581	8.588	8.587	7.546

* IFRS

c) Motivo da apresentação dos números com referência ao Conceito *EBTDA - Earnings before interest, tax, depreciation and amortization*, ou (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização):

Trata-se de uma forma de apresentação do desempenho econômico operacional da Companhia. O EBITDA/LAJIDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente. O EBITDA/LAJIDA não

3.2 - Medições não contábeis

possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA/LAJIDA pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Eventos subsequentes

Não se aplica à Companhia. Justificativa: A Administração da Cia. entende não haver qualquer evento subsequente relevante a apresentar que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4. Política de destinação de resultados

CONTROLADORA	2010	2009	2008
a) Regras sobre retenção de lucros	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Restrições à distribuição de dividendos	Não houve	Não houve	Não houve

CONTROLADA	2010	2009	2008
a) Regras sobre retenção de lucros	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Restrições à distribuição de dividendos	Não houve	Não houve	Não houve

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009	Exercício social 31/12/2008
Lucro líquido ajustado	11.547.000,00	7.418.000,00	
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	30,000000	30,000000	
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	4,000000	2,000000	
Dividendo distribuído total	3.464.000,00	966.000,00	
Lucro líquido retido	8.691.000,00	3.684.000,00	
Data da aprovação da retenção	02/05/2011	02/05/2011	

	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Lucro líquido retido						
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	3.417.000,00		953.000,00	22/06/2010		
Dividendo Prioritário Mínimo						
Preferencial	47.000,00		13.000,00	22/06/2010		

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6. Informar se nos 3 últimos exercícios sociais foram declarados Dividendos a conta de Lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores:

Na Controlada no último exercício social, em função dos impactos dos ajustes ao IFRS no resultado, houve o consumo de R\$ 560 mil da conta de Lucros Acumulados para fazer frente ao JCP apropriado e pago a seus Acionistas.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2010	324.472.000,00	Índice de Endividamento	1,27000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2010)						
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total	
Garantia Real	16.853.000,00	4.655.000,00	24.687.000,00	3.063.000,00	49.258.000,00	
Garantia Flutuante	30.410.000,00	0,00	0,00	0,00	30.410.000,00	
Quirografárias	163.929.000,00	80.875.000,00	0,00	0,00	244.804.000,00	
Total	211.192.000,00	85.530.000,00	24.687.000,00	3.063.000,00	324.472.000,00	
Observação						

3.9 - Outras informações relevantes

3.9. Outras informações relevantes

Seguindo a orientação da CVM, a Administração da Companhia dispensou a apresentação dos dados de 2008 em decorrência da adoção das normas internacionais de contabilidade a partir do ano de 2009, visando dessa forma não prejudicar a análise comparativa das informações compreendidas nessa seção.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de Risco que possam influenciar a decisão de investimento na Companhia

a) Fatores de risco relacionados à Companhia

A Companhia acredita que os fatores de risco vinculados ao macro ambiente (cenários externos) estão relacionados à: a) mudança dos hábitos de consumo brasileiro, desde que tal mudança afete o nível de demanda da *commodity* arroz e derivados, alterando dessa forma o mercado consumidor de nossos principais produtos; b) alterações significativas na legislação, impostos, tributos e contribuições que afetem o segmento de atuação, com impacto nas margens e volume de vendas da Companhia; ou ainda c) a condução da política econômica Brasileira, que podem afetar tanto rentabilidade quanto a demanda e vendas da organização.

Com relação aos riscos no âmbito do microambiente, os fatores principais estão na retenção e formação de recursos humanos com elevados níveis de formação e motivação, o que a empresa entende ser um diferencial competitivo, na otimização e melhoria contínua dos processos de gestão da informação (Tecnologia da Informação e Sistema de Informações Gerenciais), a manutenção do nível de investimento e reinvestimento em novas tecnologias para modernização e incremento de rentabilidade das unidades industriais, e a pesquisa e desenvolvimento de novos produtos que atendam as necessidades e desejos do mercado consumidor, de forma sustentável para a organização, como o investimento em linhas saudáveis e obtidas com o uso de tecnologia limpa.

A Empresa também entende como um fator de risco o comportamento e estratégias dos concorrentes, onde o desafio compreendido pela organização está em usar as ferramentas de gestão e qualificação de seus gestores na tentativa de prever ou gerar soluções rápidas e eficazes para cada posicionamento identificado, para dessa forma proteger e maximizar os interesses da organização.

b) Fatores de risco relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

A gestão da Companhia é significativamente influenciada pelos acionistas controladores, que ditam as estratégias e ações relevantes da alta administração. Dessa forma, o afastamento de seus principais executivos (Diretor Presidente e Diretor Vice Presidente e de Relação com Investidores) pode afetar a condução dos negócios da organização. A sucessão familiar também pode ser considerada um fator de impacto no futuro de qualquer organização com essa característica.

c) Fatores de risco relacionados a seus acionistas

Efeitos adversos econômicos, do segmento ou mercado de atuação, bem como relativos à gestão operacional da Companhia podem reduzir ou impossibilitar a geração de lucro, o que tem impacto direto na distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas. Outro ponto que pode ser identificado como fator de risco está em que, uma Companhia Aberta submetida a Lei das S/A e ao seu Estatuto, prevê o direito dos acionistas controladores em determinar as principais ações na condução dos negócios e operações da Companhia. Como esse controle limita a ação dos acionistas minoritários em influenciar as decisões corporativas da organização, pode haver conflito de interesses entre os acionistas controladores e os acionistas minoritários.

d) Fatores de risco relacionados às suas controladas

A Companhia possui duas empresas controladas, Real Empreendimentos S/A e Josapar International.

A primeira atua na administração e gestão de imóveis comerciais, com os riscos inerentes à sua atividade, e possui estrutura de capital, índices de liquidez e rentabilidade plenamente satisfatórios para sua operação e segmento de atuação. Não existe nesta data base qualquer

4.1 - Descrição dos fatores de risco

tipo de relacionamento operacional entre esta controlada e à Companhia controladora, que não a equivalência patrimonial do investimento realizado.

A segunda fora criada em 1997 com a única finalidade de captação de investimentos estrangeiros, através do lançamento de um Programa de *Euro Commercial Paper*, totalmente liquidado em 1999. Empresa sem qualquer tipo de atividade operacional desde então.

e) Fatores de risco relacionados a seus fornecedores

A Companhia possui um nível extremamente pulverizado de fornecedores de matérias primas dos seus principais produtos – lastreados na *commodity* arroz – onde o principal fornecedor individual não representa mais do que 3% do abastecimento anual da empresa. As demais linhas e segmentos de atuação possuem oferta com pulverização semelhante de matérias primas, com exceção da linha de alimentos a base de proteína isolada de soja, onde por opção a Companhia adquire a matéria prima de um único fornecedor.

f) Fatores de risco relacionados a seus clientes

A empresa detém uma base de clientes com mais de 62 mil CNPJ's cadastrados, sendo mais de 10 mil clientes ativos (corte de 90 dias). Apesar desse volume, da mesma forma que a maioria absoluta de indústrias do setor alimentício do Brasil que atende seu mercado consumidor através do varejo organizado, há a concentração natural de suas vendas de acordo com a concentração do segmento varejista nacional.

Um risco relacionado a este tópico está em haver contínua incidência de fusões e aquisições desse segmento, o que aumenta o poder de barganha pelo volume nas negociações comerciais, e que pode prejudicar as margens de contribuição da organização.

Outro fator de risco pode ser a influência das políticas econômicas e cenários da economia local implicando diretamente no movimento da inadimplência dos clientes da corporação, determinando dessa forma movimento semelhante no volume de Provisão para Créditos de Liquidez Duvidosa.

g) Fatores de risco relacionados aos setores de atuação da Companhia na economia

A Organização entende que toda a movimentação política e econômica do país como um fator de risco e de oportunidades na gestão de sua operação.

Possíveis instabilidades políticas afetam o cenário de valorização das companhias, movimento de taxas de câmbio (que pode interferir nos preços de matérias-primas e no volume de exportações), e spread's bancários (que pode afetar o nível de investimentos e custo de capital de giro).

A política econômica de forma mais ampla pode impactar diretamente no nível de renda da população, alterando a curva de demanda dos produtos da Companhia, assim como alterações da taxa básica de juros geram efeitos em cascata sobre a cadeia corporativa (fornecedores, segmento, clientes, consumidor final) alterando a liquidez, podendo deslocar o equilíbrio do sistema.

h) Fatores de risco relacionados à regulação dos setores de atuação da Companhia

Os governos, tanto no âmbito estadual como federal, têm exercido a fiscalização sobre as empresas do nosso e de outros segmentos com o uso de ferramentas tecnológicas cada vez mais inteligentes e interligadas, o que a Companhia entende como crucial para evitar a informalidade nos segmentos de atuação.

Porém o que a organização entende ser um fator de risco é a postura unilateral e muitas vezes opressora com que alguns Órgãos Regulamentadores e Fiscalizadores conduzem tais

4.1 - Descrição dos fatores de risco

procedimentos, além da morosidade com que muitas vezes apreciam as matérias do interesse das empresas de nosso segmento.

A Companhia também procura estar atenta às medidas legais que tramitam na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, e dos impactos que a aprovação ou vedação de tais medidas possam representar no contexto das suas atividades.

i) Fatores de risco relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

A Companhia não possui unidades industriais e comerciais fora do território nacional. Com relação a países estrangeiros, é importadora tradicional de matéria prima de arroz, fertilizantes, e de proteína isolada de soja de alguns países, sendo que tal volume representou 18% de nosso Custo dos Produtos vendidos em 2010 (Controladora).

Tem sua venda tradicionalmente concentrada no mercado consumidor doméstico, onde a exportação de seus produtos representa historicamente menos de 5% de sua venda bruta anual (2,5% em 2010 – Controladora). Entretanto, vem desde 2007 estrategicamente investindo na sua estrutura de vendas para o mercado externo.

Nesse sentido, a Organização entende como fatores de risco no relacionamento com o mercado externo a instabilidade econômica e crises de liquidez globais, que afetam todos os países de relacionamento, com agravantes maiores ou menores de acordo com o volume de PIB, dependência externa e risco país individuais de cada nação.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. Expectativas de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia adota a prática de análise constante dos cenários micro e macro econômicos, todos que em maior ou menor escala imputam alterações estratégicas e operacionais na gestão da companhia. Entende que utiliza boas ferramentas de informação e gestão, utiliza seus indicadores de *performance* constantemente em avaliações comparativas dentro e fora de seu segmento de atuação. Adota política de rígida disciplina financeira e gestão conservadora de Caixa, e seus executivos da alta administração encontram-se focados na identificação de oportunidades nos pontos de risco acima identificados.

A Organização identifica atualmente o nível de preços no mercado da *commodity* arroz e a ausência de política agrícola de comercialização neste segmento como o principal fator de aumento de risco de seu mercado de atuação, ocasionando redução do volume financeiro de vendas e influenciando negativamente seus ganhos de escala e margem líquida.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis entre outros: (i) que não estejam sobre sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia e suas controladas:

A Companhia possui diversas ações trabalhistas, cujo montante total pedido pelas partes autoras remonta R\$ 2,726 milhões em 31/12/2010. A empresa não considera a classificação de ações trabalhistas e seu volume como um fator de risco relevante para sua operação.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Controladora, quadro selecionado por relevância*, base 31/12/2010:

* Critério para determinação da relevância: (i) contingência passiva; (ii) valor em discussão (Cíveis >R\$ 50 mil); (iii) probabilidade de perda indicada pelos Consultores Jurídicos da Companhia

A Companhia possui diversas ações trabalhistas, cujo montante total pedido pelas partes autoras remonta R\$ 2,726 milhões em 31/12/2010. A empresa não considera a classificação de ações trabalhistas e seu volume como um fator de risco relevante para sua operação.

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do processo		e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do Impacto em caso de perda	i) Valor Provisionado em R\$ mil	Nota explicativa em caso de DF's
96.0009765-8	Juízo Federal de Porto Alegre	Agravo de Instrumento pendente de julgamento no STF	07/06/1996	JOSAPAR	Delegado da Receita Federal	R\$ 26.725,17	Inexigibilidade do ILL da Transportadora Joveira Ltda, no exercício de 1992, ano-base 1991, pela inconstitucionalidade do art. 35 da Lei 7713/88, bem como pela utilização do IPC/IBGE para fins de correção monetária das demonstrações financeiras. (Proc. Adm. 11080.006505/92-43). Denegada a segurança no TRF4ªR, restou concedida posteriormente no Resp. 328.879 (DJU 26.06.02). Inconformada, a União Federal interpôs o Ag 464.247, o qual teve seu seguimento negado. Ainda não satisfeita, a União interpôs AgrG, ao qual foi dado provimento em 12.01.10. Em 01.03.10, os autos foram recebidos no STF. Em 02.06.10 foi certificado o apensamento aos autos do AI 796.690, interposto pela Empresa quando da negativa de seguimento do RE interposto concomitantemente ao Resp, que, em vista do resultado desse, foi julgado prejudicado. Aguarda julgamento do AI em RE da União (464.257).	Possível	Garantido por depósito judicial	Nota explicativa em caso de DF's	
11040.000241/2003-50	Delegacia da Receita Federal de Pelotas	2ª Instância	31/03/2003	Receita Federal	JOSAPAR	R\$ 1.169.287,25 (principal+multa+juros).	Lançamento de CSLL decorrente de glosa da compensação de base de cálculo negativa - Ineficácia Tributária de Operação de Incorporação. Julgado procedente o lançamento. Interposto recurso voluntário, foram rejeitadas as preliminares alegadas, mas acolhida a decadência quanto aos fatos geradores ocorridos em 31.12.1997, e no mérito, negado provimento ao recurso voluntário. Desde 08.01.2011 processo aguarda formalização de decisão.	Possível, mas não provável	Garantia Real	Nota explicativa no caso de DF's	
AIIM 3.027.495.3	Tribunal de Impostos e Taxas	2ª Instância	29/11/2004	Fazenda Pública	Josapar	R\$ 14.171.868,19 (principal+multa+juros)	ICMS - Deixou de exibir documentos fiscais exigidos pela Fiscalização estadual. Indeferida a impugnação apresentada pela Empresa. Recurso Voluntário ao TIT. Em 11/05/09, foi distribuído o Recurso Ordinário, cujo julgamento reduziu o valor do Auto de Infração. Mantida decisão do Tribunal de Impostos e Taxas julgando parcialmente procedente o recurso, considerando que ficou demonstrada a exclusão com relação aos	Remota. Pequena possibilidade em vista da apresentação dos correspondentes documentos fiscais que o originaram,	Sem garantia	Nota explicativa no caso de DF's	

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Número do Processo	Órgão	Data	Valor	Descrição	Resultado	Observações	Garantia Real
11040.001459/2004-11	Delegacia da Receita Federal de Pelotas	19/01/2005	R\$ 14.254.095,04 (principal+multa+juros)	impressos não exibidos utilizados no estabelecimento autuado, no montante de 14.747 impressos. Em 15/04/10 foi protocolado Pedido de Reconsideração e pedido de direito a sustentação. Oral. Recurso de Retificação de Julgado admitido, em 26/06/2010. Recurso não conhecido. No mérito, restou reconhecida a deficiência da decisão, especificamente quanto a diligência e o seu resultado. Em 18/08/2010 protocolamos Recurso Especial pedindo a reforma da decisão proferida em sede de Pedido de Retificação de Julgado, para fins de que seja corrigido o equívoco sobre o número de impressos pendentes de apresentação que representam apenas 938. Recurso indeferido.	IRRFP - Tributação dos pagamentos realizados pela empresa, para sua subsidiária integral, com domicílio no exterior, mediante a desconsideração dos negócios jurídicos, que as partes contratuais realizaram, para internalizar os bens numerários, oriundos do programa de papéis comerciais. Decisão julgando procedente o auto de infração. Recurso voluntário com arrolamento de bem, ao qual fora negado seguimento. Requerida a substituição dos bens arrolados. Recurso voluntário distribuído para a Sexta Câmara do 1º Conselho de Contribuintes. Acórdão dando provimento parcial ao recurso para acolher a decadência quanto ao fato gerador ocorrido em outubro de 1998. Petição requerendo o cancelamento do arrolamento - declaração de inconstitucionalidade pelo STF (ADI 1.976/DF). Extinto o crédito tributário de 1998. Ciência dos ofícios.329/07/DRF/POA/GAB e 1.330/07/DRF/POA/GAB da RFB para cancelamento dos arrolamentos. Recurso Especial à CSRF relativamente à parte em que improvido o Recurso Voluntário (fato gerador IRRF de 1999). Negado seguimento ao recurso especial de divergência. Processo administrativo encerrado. Inclusão do débito no Refis da Crise.	Refis IV	Possível, mas não provável
			R\$ 1.967.281,71 (principal+multa+juros)				Garantia Real
	Josapar	Receita Federal	19/01/2005				Garantia Real
	Delegacia da Receita Federal de Pelotas	19/01/2005	R\$ 1.967.281,71 (principal+multa+juros)				Garantia Real
	Delegacia da Receita Federal de Pelotas	19/01/2005	R\$ 1.967.281,71 (principal+multa+juros)	IRPJ/CSLL - Glosa da dedução das despesas financeiras, especialmente juros, encargos e variações, nas bases de cálculo dos tributos, incidente sobre a renda, mediante a desconsideração dos negócios jurídicos, que as partes contratuais realizaram, para internalizar os bens numerários, oriundos do programa de papéis comerciais. Julgado procedente o arrolamento de bem imóvel. Ciência do Acórdão 107-08867: por unanimidade, rejeitando as preliminares de nulidade. Quanto ao IRPJ, por unanimidade, acolhendo a preliminar de decadência dos trimestres do			Garantia Real

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	2ª Instância						Sem garantia	Possível, mas não provável	Sem garantia	Nota explicativa no DF-5	Nota explicativa no DF-5
11040.001458/2004-68	2ª Instância	Delegacia da Receita Federal de Pelotas	09/10/2006	Receita Federal	Josapar	R\$ 1.097.391,91 (principal+multa+juros)				ano-calendário de 1998 e rejeitando a preliminar de decadência quanto ao ano de 1999. Quanto à CSLL, por maioria, rejeitando a preliminar de decadência. E, no mérito, por unanimidade, negando provimento ao recurso de IRPJ e CSLL. Petição requerendo o cancelamento do arrolamento - declaração de inconstitucionalidade pelo STF (ADI 1.976/DF). Interposto recurso especial à CSRF. Ciência (11.05.2010) da INTIMAÇÃO nº 733/2010/SECAT/COB, relativa a despacho n. DDC107148423-168 admitindo parcialmente o recurso especial interposto quanto à decadência da CSLL; Recurso de Agravo à CSRF, interposto em 17.05.2010, quanto à inadmissão parcial do recurso especial. No dia 25.05.2010, processo movimentado ao CONSELHO ADMINISTRATIVO RECURSOS FISCAIS-MF-DF. Desde 02.02.2011, processo está para análise do agravo/recurso especial na 1ª Turma da CSRF.	Compensação do crédito (1) de IRRF s/ aplicações financeiras com débitos de PIS/COFINS; e (2) de IRPJ do ano de 1996 com débitos do próprio imposto, mas que, por equívoco, constou na DCTF o ano de 2000, o que ocasionou o indeferimento do pleito de compensação deste período. Interposto recurso voluntário. Convertido o julgamento em diligência.Intimação DRF/SEOR/RESTITUIÇÃO 3.335/2008 com manifestação do setor de compensação de que o valor de R\$ 70.798,52 compõe indébito tributário defendido, todavia, sem reconhecimento no Despacho Decisório originário como direito de crédito, pendendo de comprovação pelo contribuinte. Desde 05.01.2011, processo/recurso está para relato na 2ª Turma da 3ª Câmara/CARF.
11080.007836/2006-11	2ª Instância	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	22/11/2006	Receita Federal	Josapar	R\$ 1.803.896,44 (principal+multa+juros)				Trata-se de Pedido de Restituição/Compensação do saldo negativo de IRPJ decorrente da apuração trimestral (1º, 3º e 4º) de 1998, indeferido em função do IRRF deduzidos do imposto devido em cada período-base. Interposição de Manifestação de Inconformidade. Desde 09.06.2010 processo encaminhado ao CONSELHO ADMINISTRATIVO RECURSOS FISCAIS-MF-DF à COORD DO CONT ADM TRIBUTARIO DA PGNF-DF, em 02.07.2010, retornando ao CONSELHO ADMINISTRATIVO RECURSOS FISCAIS-MF-DF. Desde 08.07.2010 processo na Gestão de Processos Fiscais/CARF.	Trata-se de Pedido de Restituição/Compensação do saldo negativo de IRPJ decorrente da apuração trimestral (1º, 3º e 4º) de 1998, indeferido em função do IRRF deduzidos do imposto devido em cada período-base. Interposição de Manifestação de Inconformidade. Desde 09.06.2010 processo encaminhado ao CONSELHO ADMINISTRATIVO RECURSOS FISCAIS-MF-DF à COORD DO CONT ADM TRIBUTARIO DA PGNF-DF, em 02.07.2010, retornando ao CONSELHO ADMINISTRATIVO RECURSOS FISCAIS-MF-DF. Desde 08.07.2010 processo na Gestão de Processos Fiscais/CARF.

4.3 - Processos judiciais administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

									Nota explicativa no DF-5
11080.008915/2006-31	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	25/10/2006	Receita Federal	Josapar	R\$ 407.399,87 (principal+multa+juros)	Trata-se de Representação Fiscal acusando excesso de compensação relativamente ao saldo negativo do IRPJ apurado em 2000 (PA 11040.000983/2001-13) - Erro de fato na PER/DCOMP que retificada corrigiu a compensação dos débitos com saldo negativo de 2001 (ano-base). Protocolizada petição de esclarecimentos à Intimação n. 332/07. Despacho decisório através do qual não foram aceitas declarações de compensação, não homologadas compensações, não declaradas compensações referentes a débitos e ratificada a não homologação de declarações de compensação. Interposto recurso. Protocolizada manifestação de inconformidade contra não homologação de compensação. Decisão no PAF n. 11080.002341/2008-59 indeferindo o recurso administrativo interposto e confirmando a não declaração das compensações ref. 02 débitos contidos na DCOMP 01115 que constam incluídos no PAES conforme Despacho DRFB/POA n. 2292/07. Desde 03.03.2008, processo permanece no SERV CONTROLE DE JULGAMENTO-DRJ-POA-RS.	Possível, mas não provável	Sem garantia
11040.001264/2006-77	Delegacia da Receita Federal de Pelotas	2ª Instância	22/11/2006	Josapar	Receita Federal	R\$ 996.875,14 (principal+multa+juros)	Trata-se de Pedido de Restituição/Compensação do saldo negativo de IRPJ decorrente de apuração anual de 1997, parcialmente deferido em função de (i) exclusão no LALUR de adições (IPC/BNT) feitas por empresa sucedida (Suprema); (ii) IRRF deduzidos do imposto devido. Interposição de Manifestação de Inconformidade. Ciência do Acórdão 10-12.862/2007 indeferindo o pedido de restituição e compensação do IRPJ e da CSLL, anos 1997 e 1998. Interposto recurso voluntário. Desde 08.07.2010, na fase de recepção, processo na Gestão de Processos Fiscais/CARF.	Possível, mas não provável	Sem garantia
11080.900076/2009-57	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	26/02/2009	Receita Federal	Josapar	R\$ 1.625.478,39 (principal+multa+juros)	Trata-se de saldo negativo da CSLL de 2003 cuja compensação de débitos não foi homologada a pretexto de que o direito de crédito informado em PER/DCOMP não consta declarado na DJPJ 2004. Protocolo de Manifestação de Inconformidade (26.02.2009) perante a RFB de Porto Alegre, RS. No dia 09.06.2010, Intimação RFB/SEORT/RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO n. 1459/2010 dando ciência do Acórdão DRJ/POA n. 10-22.185, de 12.11.09, e da Informação Fiscal DRF/POA n. 162, de 02.06.10. No dia 21.06.10, protocolo de recurso administrativo a DRFB/POA pleiteando a anulação da Informação Fiscal DRF/POA n. 162/10 que convalidou o Despacho Decisório que nega a existência de saldo negativo CSLL 2003. Processo movimentado para DIV DE TRIBUTACAO-SRRF-10RF-RS. Desde 08.07.10.	Possível, mas não provável	Sem garantia

Referência - 2011 - JOSAPAR- JOAQUIM OLIVEIRA S/A PARTICIP	Nota explicativa no. 1 das DF-s	Nota explicativa no. 2 das DF-s	Nota explicativa no. 3 das DF-s	Nota explicativa no. 4 das DF-s						
11080.901351/2005-26	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	26/02/2009	Receita Federal	Josapar	R\$ 2.707.693,80 (principal+multa+juros)	Saldo Negativo de IRPJ - período-base 2002, negado em parte em face de retenções de IRRF insuficiente e de estimativa mensal de IRPJ/2002 cujo pagamento foi considerado não comprovado à vista do PAF 11.080.010035/2006-24, causando não homologação parcial de compensação com o mesmo efetivada. Protocolo de Manifestação de Inconformidade. Desde 04.04.2011, processo movimentado para SERV ORIENT ANALISE TRIBUTARIA-DRFPOA-RS.	Sem garantia	Possível, mas não provável	Nota explicativa no. 1 das DF-s
11080.002431/2010-64	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	26/02/2009	Receita Federal	Josapar	R\$ 340.711,29 (principal+multa+juros)	Saldo Negativo de IRPJ - período-base 2004, sem reconhecimento em face de retenções de IRRF e de estimativas mensais de IRPJ/2004 cujos pagamentos foram considerados não comprovados, causando não homologação de compensação com os mesmos efetivados. Protocolo de Manifestação de Inconformidade. No dia 28.12.2010, processo movimentado do SERV ORIENT ANALISE TRIBUTARIA-DRFPOA-RS para o SERV CONTROLE DE JULGAMENTO-DRJ-POA-RS	Sem garantia	Possível, mas não provável	Nota explicativa no. 1 das DF-s
11080.900075/2009-11	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	26/02/2009	Receita Federal	Josapar	R\$ 3.176.454,17 (principal+multa+juros)	Trata-se de saldo negativo do IRPJ de 2003 cuja compensação de débitos não foi homologada a pretexto de que o direito de crédito informado em PER/DCOMP não corresponde àquele declarado na DIPJ 2004. Protocolo de Manifestação de Inconformidade perante a RFB de Porto Alegre, RS. Intimação de novo Despacho Decisório n.1.665, reconhecendo parcialmente o saldo negativo de IRPJ, bem como alocando as compensações efetivadas em face dos períodos-base do direito creditório apurado, mediante desmembramento do processo. Interposto recurso administrativo da Lei n.9.784/99(art. 59). Interposição de nova Manifestação de Inconformidade (07.10.10) em face das compensações conservadas como indevidas quanto ao saldo negativo de IRPJ de 2003. Desde 25.10.2010, processo encaminhado para SERV CONTROLE DE JULGAMENTO-DRJ-POA-RS.	Sem garantia	Possível, mas não provável	Nota explicativa no. 1 das DF-s
11131.000675/2010-60	Delegacia da Receita Federal de Fortaleza	1ª Instância	19/07/2010	Receita Federal	Josapar	R\$ 607.039,32 (principal+multa+juros)	Exigência do Imposto de Importação 2006 e 2007. Alegada inexistência dos Certificados de Origem; importação desamparada de LI; e, por fim, classificação fiscal incorreta NCM 1006.30.29, supondo como correta a NCM 1006.30.21. Aplicada Multa administrativa de 258% do imposto exigido. Em 19/07/2010	Sem garantia	Possível, mas não provável	Nota explicativa no. 1 das DF-s

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

											Nota explicativa no das DF's
11080.010828/2005-62	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	14/12/2005	Receita Federal	Josapar	PIS R\$ 1.371.529,46 COFINS R\$ 6.102.121,57	Impugnação protocolada na SEC ARRECADACAO E COBRANCA-ALF-FOR-CE. Em 04/08/2010 processo em trânsito para SERV CONTROLE DO JULGAMENTO-DRJ-FOR-CE. Em 25/08/2010, o processo foi remetido para DEL REC-FED JULGAMENTO-FORTALEZA-CE.	Possível	Lei n.º 11.941/09 Novo Refis	Nota explicativa no das DF's	
006/103.0004389-4	1ª Vara Cível de Cachoeira do Sul	1ª Instância	05/06/2002	Jamaina Jardim Lopes	Josapar	R\$ 87.714,90	Auto de infração PIS/COFINS. Em virtude de não homologação das compensações feitas pela empresa com crédito de IPT mantença - processo judicial. Em 15/02/2008, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Porto Alegre, proferiu despacho indeferindo a Manifestação de Inconformidade da empresa. Em 04/04/2008, a empresa apresentou Recurso Voluntário ao qual foi negado provimento. Inconformada, a empresa apresentou Recurso Especial. Em 23/12/2009, a empresa peticionou informando a adesão ao programa de parcelamento dos débitos administrativos pela Receita Federal do Brasil, segundo a Lei n.º 11.941/09 (Novo Refis). Assim, efetuou o pagamento à vista do débito vinculado ao presente processo, e requereu a desistência do processo administrativo. O processo encontra-se junto ao SEORT, desde 12/08/2010, aguardando a consolidação do parcelamento.	Provável	Sem garantia	Nota explicativa no das DF's	
023.03.367967-6	2ª Vara Federal de Florianópolis	1º Instância	13/11/2003	Ministério Público de Santa Catarina	Josapar	R\$ 100.000,00	Trata-se de Execução de Obrigação de Fazer decorrente de condenação em Ação Indenizatória onde a Josapar foi condenada a pagar a cada um dos autores uma pensão mensal em valor equivalente a 7,14 salários mínimos, inclusive 13º salário, a contar de 15 de novembro de 1993 até que a data em que cada um dos autores alcançar a maioria de Efetuado acordo. Recolhemos mensalmente as quantias devidas a título de indenização. Falta, ainda, um dos autores completar 21 anos.	Remota	Sem garantia	Nota explicativa no das DF's	
2004.7.1.00003476-5	1ª Vara Federal de Pelotas	2ª Instância	13/09/2004	International Finance Corporation	Josapar	R\$ 29.883.840,03	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público de Santa Catarina em desfavor de Josapar sob argumento de que a RE comercializava produtos Suprasoy sem a informação da presença de Organismos Geneticamente Modificados em sua composição. Em sede liminar, fora determinado o recolhimento dos produtos no prazo de 15 dias e fixada multa diária no valor de R\$ 100.000,00. Tal decisão restou suspensa em razão de agravo de instrumento interposto pela Josapar. Aguardamos a realização de perícia.	Possível	Garantia Real	Nota explicativa no das DF's	

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Número do Processo	Vara	Instância	Data	Partes	Valor	Descrição	Possível	Sem garantia	Nota explicativa das DF
022/1.06.0018161-9	1ª Vara Cível de Pelotas	1ª Instância	17/10/2006	Cintia Elena da Silva e Outros	R\$200.000,00	Trata-se de ação indenizatória que busca a reparação de danos materiais e morais, causados por acidente de trabalho ocorrido na sede da Josapar com funcionário terceirizado (companheiro e pai das autoras). Processo suspenso. Aguarda julgamento do agravo de instrumento interposto pela Josapar no processo 022/1.08.0016811-0.	Possível	Sem garantia	Nota explicativa das DF
001/1.05.0066155-7	1ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre	2ª Instância	08/03/2004	WMS Supermercados do Brasil S.A	R\$ 40.018.902,00	Trata-se de ação ordinária de cobrança movida por WMS Supermercados do Brasil em desfavor de Josapar e Real Empreendimentos. A autora refere que os requeridos são devedores de valores advindos de obrigação contratual originada no contrato particular de alienação de participação societária firmado entre as partes, pelo qual a parte ré se obriga a suportar os passivos indenizatórios e diferenças do valor patrimonial da empresa objeto da transação em relação do que fora declarado e apresentado na negociação frente ao valor apurado pelo autor posteriormente. Inconformadas com a decisão que julgou parcialmente procedente o pedido, as requeridas interpueram recurso de apelação. Aguardamos julgamento.	A improcedência é uma hipótese provável e a redução da condenação é uma hipótese possível.	Garantia Real	Nota explicativa das DF

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Controlada, quadro selecionado por relevância*, base 31/12/2010:

* Critério para determinação da relevância: (i) contingência passiva; (ii) valor em discussão (>R\$ 50 mil); (iii) probabilidade de perda indicada pelos Consultores Jurídicos da Companhia

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do processo		e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do Impacto em caso de perda	i) Valor Provisional - em R\$ mil
2008.71.00.018531-3	2ª Vara da Federal Tributária de Porto Alegre	2ª Instância	29/07/2008	Real Empreendimentos	Real Receita Federal	R\$ 1.750.459,40	A ação busca o reconhecimento da nulidade da intimação da decisão do recurso voluntário interposto nos autos do PAF 11080.00498/2002-54, para que seja processado o recurso especial pela empresa interposta, com a consequente desconstituição da CDA 00.2.08.001054-30. Autos remetidos ao MPF e devolvidos com parecer. Em 31.10.2008, sobreveio sentença denegando a segurança, da qual a empresa apelou ao TRF da 4ª Região. Autos remetidos à Fazenda Nacional para apresentação de contrarrazões ao recurso da Empresa. Distribuídos os autos encontram-se conclusos desde 02.04.2009.	Possível	Sem Garantia	1.750,459
11080.003955/2000-75	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	02/06/2000	Real Empreendimentos	Real Empreendimentos	R\$ 144.792,55 (principal+multa+juros)	Trata-se de compensação de base de cálculo negativa da CSLL acima do limite legal de 30%. Julgado procedente o lançamento. Recurso Voluntário ao 1º CC. Por maioria, negando provimento ao recurso. Petição requerendo o cancelamento do arrolamento - declaração de inconstitucionalidade pelo STF (ADI 1.976/DF). Interposto recurso especial à CSRF. Intimação n. 1.302/2009/SECAT/COB, relativamente a admissão parcial do recurso especial interposto, admitindo julgar matéria em instância superior (i) sobre os efeitos na base de cálculo da CSLL da diferença da correção monetária do IPC/BTNF; e (ii) sobre a natureza das despesas diferidas relativas a diferença da correção monetária do IPC/BTNF na sucedida por incorporação, em síntese, se a sucessora pode aproveitar tais encargos, senão se ditas despesas diferidas são vedadas pela mesma aproveitar. Desde 17.03.2011, processo na fase de recepção para formalizar decisão/CSRF.	Possível, mas não provável	Garantia Real	144,79255

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Número do Processo	Órgão	Instância	Data	Valor	Objeto	Resultado	Garantia	Observações	Nota Enunciativa no. das DF's		
11080.000498/2002-54	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	04/01/2002	R\$ 1.233.922,09 (principal+multa+juros)	Real Empreendimentos	Receita Federal	Garantia Real	Trata-se de lançamento de IRPJ decorrente da redução indevida do Lucro Real em virtude da exclusão, no ano de 1996, de valores correspondentes a despesas com depreciação de 1991 e 1992, diferença IPC/BTNF. Lei n. 8.200/91, art. 3º, não computadas no resultado fiscal da incorporada Supermercados Real S.A. Julgado procedente o lançamento. Recurso Voluntário ao CC, ao qual foi negado provimento. Petição requerendo o cancelamento do arrolamento face a sua declaração de inconstitucionalidade pelo STF (ADI 1.976/DF). Com a interposição de Recurso Especial à CSRF. processo reencaminhado em 10.09.2008 para o DIV DIVIDA ATIVA UNIÃO-PRFN-4 REGIÃO-RS-Aguarda término do MS 2008.71.00.018531-3 que busca o reconhecimento da nulidade da intimação da decisão do recurso voluntário interposto nos autos deste PAF, para que seja processado o recurso especial pela empresa interposto, com a consequente desconstituição da CDA 002.08.001054-30	Possível, mas não provável	Garantia Real	Nota Enunciativa no. das DF's
11080.000497/2002-18	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	03/01/2002	R\$ 252.342,82 (principal+multa+juros)	Real Empreendimentos	Receita Federal	Garantia Real	Trata-se de lançamento de CSLL decorrente (i) da redução indevida da sua base de cálculo em virtude da exclusão, no ano de 1996, de valores correspondentes a despesas com depreciação de 1991 e 1992, diferença IPC/BTNF. Lei n. 8.200/91, art. 3º, não computadas no resultado fiscal da incorporada Supermercados Real S.A.; e (ii) da compensação de base negativa superior ao saldo existente. Julgado procedente o lançamento. Recurso Voluntário ao CC, ao qual foi negado provimento. Petição requerendo o cancelamento do arrolamento - declaração de inconstitucionalidade pelo STF (ADI 1.976/DF). Interposto recurso especial à CSRF. Admitido o recurso, o processo foi encaminhado à CSRF para julgamento. Em 06.09.2010, processo movimentado da CSRF para o CARF.	Possível, mas não provável	Garantia Real	Nota Enunciativa no. das DF's
022/1.05.0023070-7	3ª Vara Cível da Comarca de Pelotas	1ª Instância	13/04/2004	R\$ 182.985,81	Real Empreendimentos	Concretos Carvalho Ltda.	Sem Garantia	Ação de Execução movida pela Concretos Carvalho em que esta busca reaver a quantia de R\$ 182.985,81 supostamente devidos em virtude do inadimplemento de contrato de fornecimento de material firmado entre as partes em outubro de 2003. Execução suspensa até o julgamento final dos Embargos à Execução (foram julgados improcedentes em 1º grau, sentença confirmada pelo TJ). Interpostos Recurso Especial, ao qual fora negado seguimento. Interpostos Agravo de Instrumento que pende de julgamento).	Possível	Sem Garantia	Nota Enunciativa no. das DF's

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores
4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou acionistas do emissor da Companhia e de suas Controladas

- a) Juízo: 7ª. Vara Cível de Porto Alegre – RS
- b) Instância: 1ª.
- c) Data de instauração: 17/06/2009
- d) Partes do processo: Autor: João Carlos de Oliveira Júnior (acionista e conselheiro) x Companhia (ré)
- e) Valores envolvidos: R\$ 139.431,20
- f) Principais fatos: cobrança de honorários de Conselheiro
- g) Chance de perda: possível
- h) Análise do impacto da perda: mínimo para as finanças da empresa
- i) Valor provisionado: não há

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Impactos no caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte

Não se aplica à Companhia. Justificativa: Não há qualquer processo sob sigilo em que a empresa ou suas controladas sejam parte relevante a apresentar que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia e suas controladas sejam partes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes para seu negócio

Não se aplica à Companhia. Justificativa: Não há processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia e suas controladas sejam partes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes a apresentar que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Outras contingências relevantes

4.7.1. Plano de readequação fiscal

Seguindo a política de reduzir contingências fiscais, já adotada pela Companhia em relação ao REFIS e ao PAES, no exercício de 2009 a empresa aderiu ao programa instituído pela Lei 11.941/2009, incluindo débitos pendentes de liquidação por falta de homologação da compensação de créditos por parte da RFB.

A Companhia optou por não incluir o saldo remanescente do PAES, Lei 10.864/03, no novo parcelamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2010 era de MR\$343 (MR\$2.531 em 31.12.2009), em virtude de restar pendências de conciliação neste programa, por parte da RFB, causando discrepâncias de valores que uma vez conciliados resultariam na liquidação integral daquele programa, restando, inclusive, um saldo credor em dezembro de 2010 de MR\$1.694 a ser levantado, oriundo de pagamentos a maior.

O Refis IV (Refis da Crise), ainda aguarda prazo para consolidação, e durante o exercício novos débitos foram incluídos, resultando em uma nova composição em 31 de dezembro de 2010 cujo montante ficou em MR\$31.978, (MR\$21.621 – em 31 de dezembro de 2009), já líquidos dos benefícios de redução de multas e juros proporcionados pela Lei 11.941/2009, conforme regulamentado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº. 06/09. Entretanto, ainda resta possibilidade de inclusão de novos débitos e novas modalidades de parcelamento, de acordo como preceituou a Portaria Conjunta nº2 de 03/02/2011. O saldo líquido remanescente em 31 de dezembro de 2009 era de MR\$1.356, resultado da composição até aquela data.

Em 31 de dezembro de 2010 o montante do parcelamento de MR\$12.579, esta sendo apresentado MR\$2.122 na rubrica "obrigações sociais e tributárias" circulante e MR\$10.457 não circulante (Nota Explicativa nº. 13 das Demonstrações Financeiras da Companhia).

Composição do Refis-Lei 11.941/2009 em 31 de dezembro de 2010:

Tributos	Valor líquido após benefícios da lei 11.941	Liquidados com Créditos Fiscais IRPJ e CSLL s/ Prejuízos Fiscais	Liquidados com Depósitos Judiciais	Pagamento à vista RFB PGFN INSS	Pagamento Parcela RFB PGFN INSS	Atualização Monetária Selic até 31.12.2010	Saldo em 31.12.2010 para parcelamento Mínimo em 180 vezes
PIS-RFB	2.723	(19)	-	(42)	(1)	218	2.879
COFINS-RFB	11.588	(2.259)	-	(5.647)	(2)	304	3.984
IRPJ-RFB	2.608	(1)	-	(5)	-	214	2.816
CSLL-RFB	1.586	(7)	-	(33)	(1)	127	1.672
IRRF-RFB	1.269	(24)	-	(110)	-	93	1.228
IRPJF-RFB	6.652	(89)	(5.552)	(1.011)	-	-	-
IRPJ-PGFN	3.986	(59)	(3.926)	-	(1)	-	-
CSLL-PGFN	1.290	(24)	(1.266)	-	-	-	-
INSS-PGFN	238	-	(228)	(10)	-	-	-
IRPJF-PGFN	38	(8)	(20)	(10)	-	-	-
Total	31.978	(2.490)	(10.993)	(6.868)	(5)	956	12.579

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. Informações sobre as regras do país de origem da Companhia e regras do país no qual os valores mobiliários da Companhia estão custodiados

Não se aplica à Companhia. Justificativa: empresa privada nacional sem valores mobiliários custodiados no exterior.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5. Riscos de mercado

5.1. Riscos de mercado que a Companhia está exposta, inclusive relativo a riscos cambiais e a taxas de juros

A companhia está exposta aos riscos inerentes à atividade do segmento alimentício, especificamente aos mercados de arroz e derivados e sua controlada àqueles existentes na atividade de comercialização e exploração de imóveis.

Porém, dentre os principais riscos que podem afetar a operação, situação financeira e perspectivas futuras da organização estão:

- A influência de ações do Governo Federal sobre a economia brasileira. A condução da política econômica pode exercer efeitos adversos ao mercado, sob o aspecto de taxa de juros e inflação;
- Alterações na legislação tributária e regulamentação de mercado pelos órgãos oficiais, podem exercer impactos no mercado, com efeitos em margens e volumes comercializados;
- Acontecimentos e percepção de riscos em outros países, sobretudo Estados Unidos da América (vetor dólar norte americano) e União Européia (vetor Euro) podem desencadear efeitos adversos sobre a economia de países emergentes e do Brasil, especificamente sobre PIB, mercado de valores mobiliários, taxas de juro e câmbio.

Por orientação estratégica, em função de o mercado da Companhia ser quase que totalmente representado pela economia doméstica (mais de 97% da receita em moeda corrente nacional), o endividamento relevante da empresa é composto por linhas em Reais, formado por taxas pré-fixadas ou indexadores Brasileiros (TJPL e CDI) e *spread's* bancários. A dívida total compreende linhas de investimento e capital de giro, e remonta, em 31/12/2010, MR\$ 324.472 (controladora). A Controlada não tem dívida relevante para suas operações.

A Controladora possui uma parte de seu capital de giro contratada em linhas de Resolução CMN 2.770 e 4.131. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (Dólar) e desde sua contratação foram convertidas através de contratos de *SWAP* para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário como medida de proteção. Tais operações correspondem a MR\$ 70.625 em 31/12/2010.

Os empréstimos contratados pela Controladora diretamente em moeda estrangeira são equivalentes a MR\$ 6.628 e são representados pela provisão de discussão judicial com a *IFC – International Finance Corporation*, cujo valor divergente remanescente está contabilmente provisionado.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos

a) Riscos para os quais busca proteção e b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A organização tem a orientação estratégica de conduzir seus negócios de forma segura, transparente e conservadora, com o foco primordial em buscar a maximização dos resultados através das atividades específicas da Companhia, estabelecidas em seu Estatuto Social (*core business*). Desse modo, o corpo de seus principais executivos estabelece políticas internas que visam proteções naturais para os riscos de abastecimento de matéria-prima, riscos mercadológicos, risco de crédito, e riscos de liquidez e *funding*, além da tradicional terceirização do risco patrimonial e de responsabilidade civil, através da gestão de contratos de seguro.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A empresa busca viabilizar proteções naturais para mitigar riscos. Dentre elas, encontram-se: Níveis mínimos de estoque de matéria-prima de acordo com a safra de arroz e a demanda doméstica e internacional; organização, estudos e avaliações quanto à demanda do varejo brasileiro e mercado de exportações, além do monitoramento das ações da concorrência; utilização de ferramentas de análise técnica e gestão de crédito; determinação e manutenção de níveis mínimos de liquidez financeira e política clara de financiamento da operação e para investimentos; além da própria utilização de recebíveis em moeda estrangeira como *hedge* natural as importações da companhia.

Nas operações específicas onde matéria-prima importada compõe de forma substancial mercadorias vendidas no mercado interno, há uma política comercial clara de proteção de margem quanto às variações cambiais através de ajuste de preços de venda, como também operações com fator de ajuste de preço variável dependendo da variação cambial da matéria-prima.

Seguros

Em relação à proteção do imobilizado e responsabilidade civil da companhia, a empresa se utiliza do mercado segurador brasileiro e da contratação de apólices específicas no sentido de terceirizar esse risco.

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total MR\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e lucros cessantes	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento danos elétricos e demais riscos	Patrimonial	100.000	Junho 2011
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos e danos morais.	RC	1.000	Junho 2011
Responsabilidade Civil	Administradores	RC D&O	5.000	Junho 2011

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	110% FIPE 500 RC	Junho 2011
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000	Indeterminada
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional	US\$ 5.000	Indeterminada

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia utiliza parâmetros próprios determinados por seus principais executivos, de acordo com a estratégia global da organização e da percepção de fatores externos. Em casos específicos como na gestão financeira corrobora políticas e objetivos de acordo com a comparação de índices de liquidez, endividamento, medidas de inadimplência de carteira e provisão com outras empresas do mesmo porte e segmento.

e) Instrumentos Financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial

A empresa não possui qualquer instrumento de Hedge financeiro contratado, que não as operações de SWAP para troca de moeda (moeda estrangeira => CDI) descritas no item 5.1..

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura da Companhia responsável pelo controle e gerenciamento de riscos é composta pelo grupo gerencial e diretoria executiva.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

A Companhia dispõe da Auditoria externa e de um Conselho de Administração ativo como ferramentas de fiscalização das políticas adotadas e objetivos perseguidos pelo grupo gerencial e dos diretores executivos.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3. Informar se houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos de mercado à que a Companhia está exposta, ou na política de gerenciamento de riscos adotada

A empresa entende que a conjuntura econômica se encontra em um cenário de pressão inflacionária, e que as políticas austeras do país mantêm o movimento de alta na taxa de juros como medida de contenção - iniciado no final de 2009 - já indicando porém uma redução na atividade econômica, nível de emprego e renda do país, o que impacta negativamente o volume de venda de nossos produtos.

Contudo, as políticas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia sofrem contínuas adequações e adaptações a fim de redefinir objetivos em função da dinâmica do mercado na qual se encontra inserida, visando reavaliar processos, bem como identificar e aproveitar oportunidades típicas de um cenário ora adverso.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4. Outras informações relevantes

Não se aplica à Companhia. Justificativa: A Administração da Cia. entende ter apresentado todas as informações relevantes que possam influenciar a tomada de decisão de investimento ou o entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	03/12/1973
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima de Capital Aberto
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	04/03/1988

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico

Fundada em 1973 (antiga Suprarroz S/A Indústria e Comércio) com capacidade instalada de processamento de 20.000 toneladas de arroz em casca ao ano, a Josapar se tornou, em virtude de qualidade de seus produtos e dos constantes investimentos, uma grande companhia de alimentos, uma das maiores processadoras de arroz e feijão do país, com capacidade instalada para processar em torno de 770.000 toneladas anuais de matéria prima de arroz em suas 6 unidades operacionais.

Visando o aproveitamento integral do grão de arroz, inaugurou em 1980 a unidade de arroz parboilizado e em 1984, a unidade de produção de farinha, a partir dos grãos quebrados no processo de beneficiamento.

Em 1987 a Companhia expandiu a capacidade das unidades existentes, localizadas em Pelotas e em 1989, inaugurou sua nova unidade de Itaqui, atendendo a crescente demanda por seu produtos.

No início dos anos 90, com o alargamento da fonte de suprimentos, a empresa construiu duas Unidades de Reprocessamento (chamadas URP), com o objetivo de ajustar as fontes de suprimentos ao padrão adequado de qualidade de seus produtos, acrescentando 81.000 toneladas anuais em sua capacidade de produção.

Em março de 1992, a capacidade de Itaqui foi ampliada em 240.000 toneladas anuais, objetivando a participação da crescente expansão da produção de arroz na Argentina e da criação do Mercosul.

Com as unidades de Pelotas e Itaqui, a Josapar participa dos mercados em mais de 80% das regiões produtoras de arroz do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1998 a Companhia iniciou projeto de ampliação, modernização e implantação de novos complexos industriais em Pelotas e Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul, e em Jaboatão dos Guararapes, no Estado de Pernambuco, projetos integralmente conclusos ao final do ano 2000.

Neste mesmo ano entrou em operação a Unidade de Pernambuco, com capacidade para beneficiar 80 mil toneladas anuais de arroz com casca.

Entre 2005 e 2010, realizou investimentos de ampliação e atualização tecnológica na ordem de mais de R\$ 100 milhões, passando a ter capacidade de armazenamento estático de matéria-prima de 250.000 toneladas, representando mais de 5 milhões de sacos de arroz, e dando seqüência a premissa estratégica de possuir estruturas adequadas para oferecer o melhor arroz do Brasil a seus consumidores, através de 9 filiais comerciais (PR, SP, RJ, DF, MG, BA, CE, MA, PA) e mais de 80.000 pontos de venda em todo o território brasileiro.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5. Principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado pela Companhia ou qualquer de suas controladas, indicando:

Para o item em referência, a Companhia identifica um único evento nos últimos 3 exercícios sociais, discriminado nos itens abaixo.

a) Evento

Compra de ações da Companhia pelo principal controlador, Peroli S/A Participações.

b) Principais condições do negócio

O controlador da Companhia, Peroli S/A Participações, identificando um período de pouca valorização dos valores mobiliários no Brasil, procurou durante os anos de 2007, 2008 e 2009 adquirir lotes de ações ordinárias e preferenciais da Companhia disponíveis no mercado com a finalidade de consolidar e fortalecer seu controle.

c) Sociedades envolvidas

Peroli S/A Participações e ações disponíveis no mercado da Josapar – Joaquim Oliveira S/A Participações, até então sob propriedade de investidores diversos.

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia; e e) quadro societário antes e depois da operação:

Participação – Peroli S/A Participações ANTES das operações	Quantidade	%
Ações ordinárias – JOPA3	5.616.176	53,74%
Ações preferenciais – JOPA4	0	0%
Total	5.616.176	53,07%

Participação – Peroli S/A Participações APÓS as operações	Quantidade	%
Ações ordinárias – JOPA3	6.161.976	58,96%
Ações preferenciais – JOPA4	500	0,38%
Total	6.162.476	58,23%

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, e o estado atual de tais pedidos

Não se aplica à Companhia. Justificativa: Não houve.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7. Outras informações relevantes

Não se aplica à Companhia. Justificativa: A Administração da Cia. entende não haver qualquer informação adicional relevante a apresentar com relação a esse tópico, que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas

Empresa de capital totalmente privado nacional, a Josapar é uma das maiores beneficiadoras de arroz do mundo e única empresa do setor com forte posição competitiva em todas as regiões do Brasil. Detentora da marca líder do segmento de arroz branco Premium do país – Tio João, há 30 anos líder de vendas e há 11 anos a marca mais lembrada em pesquisas de *Top Of Mind*.

Controla a Real Empreendimentos S/A, empresa que mantém interesse na área de comércio e administração de imóveis.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

A empresa controladora utiliza o porte e estrutura de distribuição e vendas para comercializar diversas marcas relacionadas na linha de arroz branco, arroz parboilizado e integral, farelo, farinha de arroz, linhas de facilitadores e semi-prontos – com maior valor agregado – Cozinha Fácil Tio João, Cozinha & Sabor, Variedades Mundiais, além de feijão em todas as suas variedades com a marca Biju. Desde a década de 80 possui uma unidade de fertilizantes, com a marca Organo NPK, fomentando os produtores e fornecedores de arroz da companhia, além de atender o segmento fumageiro do sul do Brasil. Desde o final da década de 90, iniciou a operação e comercialização de produtos a base de proteína isolada de soja, com a marca Suprasoy.

A controlada atua na comercialização de imóveis comerciais – vendas e locações, e na exploração de *shopping centers*.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita da Companhia

- Controladora:

Distribuição da receita por segmento - CONTROLADORA	2010	2009	2008
Arroz Branco	54,5%	57,4%	57,7%
Arroz Parboilizado	12,9%	14,0%	13,4%
Produtos Semi Prontos (arroz e divisão soja)	14%	12,3%	9,6%
Feijão	3,9%	3,1%	4,6%
Adubo	10,3%	9,3%	9,6%
Demais Produtos	4,4%	3,9%	5,1%
Total	100%	100%	100%

- **Controlada:** Não aplicável. Justificativa: atua em segmento específico de atuação.

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Não aplicável à Companhia. Justificativa: a Administração da Companhia entende não ser relevante para avaliação e decisão de investimento na Organização a disponibilização de informações estratégicas de *performance* abertas por segmento de atuação.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Características dos produtos e serviços da Companhia (Controladora)

a) Características do processo de produção

O mercado de arroz do Brasil está intimamente ligado com a produção da matéria-prima. Em termos quantitativos, comparando-se produção total e consumo total de arroz, poderia se dizer que o país é auto-suficiente. Porém, em termos qualitativos, onde segrega-se as culturas, observa-se que a produção da variedade mais consumida no mercado tem a classificação de agulhinha tipo 1, proveniente da cultura irrigada de produção de arroz.

No Estado do Rio Grande do Sul está concentrada aproximadamente 95% da produção desta classificação de arroz do Brasil, fato que explica a presença no estado das maiores indústrias brasileiras deste segmento.

O ano agrícola desta cultura tem início e fim do mês de Junho de cada ano. A preparação das lavouras e plantio, via de regra, ocorre nos meses de julho a novembro, o nascimento, floração e maturação nos meses de dezembro a fevereiro, e a colheita tem início em fevereiro e se estende, dependendo da região, até o mês de maio.

A Companhia não possui áreas de plantio nem atua como produtor primário nessa cadeia. Seu papel na produção está no fomento dos produtores parceiros e selecionados através de sua unidade de insumos agrícolas, que entrega fertilizantes de mais alta qualidade e oferece acompanhamento técnico das lavouras, garantindo dessa forma a qualidade nobre dos grãos que chegam à mesa do exigente consumidor brasileiro.

Nem todo o produtor detém infra-estrutura para secagem, classificação e armazenamento do arroz produzido. E nessa etapa, na colheita, que volta a aparecer a presença da indústria. A Companhia detém inúmeras unidades exclusivas para recebimento de arroz na colheita, além de suas próprias principais unidades industriais. Estão geograficamente localizadas nos grandes pólos produtores de arroz no Estado do Rio Grande do Sul, e recebem a maior concentração da matéria prima nos meses de colheita da safra.

A partir do recebimento, secagem, classificação e maturação do grão nas unidades da organização, sua origem, classificação e outros testes qualitativos ditarão quais linhas de produção terão pela frente, se processos de parboilização, ou linha de processamento de arroz branco. A compromisso da origem nobre e seleção qualitativa das variedades para garantir qualidade incontestável foi fator determinante para o significativo volume de investimento nesses setores de nossas unidades industriais dos últimos 6 anos.

As linhas de processamento da Josapar detêm o que há de mais moderno no mundo em níveis tecnológicos, o que garante, desde o início de suas atividades, a associação das marcas da empresa à vanguarda tecnológica no mercado de arroz.

A partir dessa etapa existe uma capilarização de tipos e processos em que a Companhia agrega valor a seus produtos, os adequando ao consumidor com uma ampla gama de linhas e marcas diferentes.

Processos de produção:

Beneficiamento de arroz branco: o processo produtivo consiste, em resumo, no recebimento e pré-limpeza do cereal, seguindo-se a secagem e o armazenamento, para posterior beneficiamento. O processo de beneficiamento em si, consiste em descascamento, polimento, separação, eletrônica, brilho e empacotamento;

Beneficiamento de arroz parboilizado: a parboilização é um processo de tratamento térmico dado ao grão do arroz em casca antes do beneficiamento e envolve seis estágios principais:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

limpeza, encharcamento, autoclavagem, secagem, beneficiamento e empacotamento. O processo resulta numa menor perda dos elementos nutritivos do arroz;

Beneficiamento de feijão: o processo produtivo consiste, em resumo, no recebimento e pré-limpeza do cereal, seguindo-se a secagem e o armazenamento, para posterior beneficiamento. O processo de beneficiamento em si, consiste em: polimento, separação, eletrização, brilhamento e empacotamento.

Processos de Industrialização:

Farinha de Arroz: a matéria-prima básica deste produto é o arroz quebrado, sendo que o processo retira deste arroz a totalidade das impurezas, por sistema físico e eletrônico, inclusive as impurezas leves. Seguem-se a moagem do grão, classificação granulométrica e o tratamento térmico necessário de inativação. A farinha de arroz pode ser utilizada para fins alimentares, (em molhos, sopas, recheios de tortas, papas infantis, etc.), como substituto da farinha de trigo convencional e, também, na atividade industrial, na siderurgia e outras.

Arroz parboilizado *Boil-in-bag*: produzido a partir da seleção diferenciada da matéria prima do arroz parboilizado, seu processo constitui, especialmente, além da parboilização própria para esta linha, do acondicionamento em pequenos saquinhos plásticos de 125 gr., para cozimento em imersão n'água fervente, que, por sua vez, integram em número de quatro saquinhos, a menor embalagem comercial do produto de 500 gr.

Cozinha Fácil Tio João: componente da linha facilitadores de cozinha, seu processo de produção consiste na mistura do arroz parboilizado com temperos, condimentos e outros cereais desidratados e o acondicionamento em pequenos saquinhos plásticos de 125 gr., para cozimento em imersão n'água fervente, que, por sua vez, integram em número de quatro saquinhos, a menor embalagem comercial do produto de 500 gr. É produzido em cinco variedades, à grega, com *funghi*, com *curry*, com ervas finas, e com brócolis.

Linha soja:

a) Alimentos em pó Supra-Soy: linha de bebidas a base da proteína isolada da soja, resultado de parceria com a The Solae Company, consiste na mistura das diferentes receitas e embalagem do pó (leite em pó) em latas e saches.

b) Barras Protéicas Supra-Soy: as barras também oferecem 7 gr. de proteína isolada de soja e estão disponíveis nos sabores banana; damasco e frutas amarelas; maçã com canela e uva passa; morango com chocolate ao leite; e laranja com chocolate ao leite. Feitas a base de crispies de proteína isolada de soja, aliam importante quantidade de proteína vegetal (7 gr.) com uma inovadora combinação de crocância e o delicioso sabor das frutas naturais.

Cozinha e Sabor Tio João: seu processo produtivo consiste na mistura de tipos especiais de arroz com temperos e condimentos e componentes de cozinhas típicas como o charque para o arroz de carreteiro, a galinha para o arroz com galinha, e queijos para os risotos.

Variedades Mundiais Tio João: o processo produtivo é o mesmo do arroz branco, utilizando quatro tipos diferentes de arroz como matéria prima, o arroz arbório, o sasanishiki, o jasmini e o selvagem. Em embalagens práticas e sofisticadas, destina-se a segmentos de mercado de alta gastronomia.

Arroz Tio João Integral: no processamento apenas a casca externa é retirada, mantendo assim as qualidades nutricionais e o alto teor de fibras e proteínas do grão.

Arroz Tio João Integral Orgânico: é produzido sem agrotóxicos ou produtos químicos. No processamento apenas a casca externa é retirada, mantendo assim as qualidades nutricionais e o alto teor de fibras e proteínas do grão.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Arroz tio João + Vita: o Arroz Tio João + Vita é um produto *premium*, sem similar no mercado. Ele é um produto enriquecido com vitaminas A, B1, PP, B9, Ferro e Zinco, e fonte de vitamina B12.

Tio João 7 Cereais e Tio João 7 Cereais + Soja: é a mistura de arroz integral, aveia integral, cevada integral, trigo, centeio, triticale, arroz selvagem e no segunda produto, mais nutrientes da soja.

Adubo Químico: a empresa promove a aquisição dos componentes tradicionais de adubos (fosfato e derivados, nitrato de amônio e cloreto de potássio), e desenvolve as misturas necessárias para cada formulação específica.

Adubo Organo-Mineral: o produto é constituído de 50% de matéria-prima orgânica, (turfa e linhito) e, 50% de matéria-prima mineral, componentes dos adubos químicos. Seu processo físico e químico resulta em fertilizantes na forma de grânulos, com firme consistência e tamanho uniforme.

b) Características do processo de distribuição

A empresa atua com representantes e filiais comerciais espalhadas por todo o país, com estrutura de atendimento capilarizada em mais de 80.000 pontos de venda.

A distribuição logística das mercadorias é totalmente terceirizada, e em função da amplitude geográfica é composta pelos mais diferentes modais de transporte, rodoviários, ferroviários e marítimos.

c) Características dos mercados de atuação

i) Participação em cada mercado

A organização é líder de mercado no segmento de arroz branco no país com a marca Tio João. Possui participação de destaque relevante nos demais segmentos e linhas de atuação.

ii) Condições de competição em cada um dos mercados

A Companhia está inserida em mercado extremamente pulverizado em termos quantitativos de marcas, porém seus produtos têm foco de atuação e presença de destaque por diferenciação qualitativa. Como natural de um contexto com essa característica, a organização também possui marcas de muita qualidade com preços também competitivos para garantir a escala de processamento necessária a diluir seus custos fixos.

O mercado competitivo é sensível a variação de preços da matéria prima, e movimentos da renda da população, que desloca o volume de consumo de marcas e linhas de maior ou menor valor agregado e margem.

d) Eventual sazonalidade

O nível de demanda aos produtos da Companhia não sofre influência de sazonalidade. Efeito sazonal na condução de seus negócios pode ser observado pelo nível de oferta da principal matéria prima – arroz em casca – nos meses de safra.

e) Principais insumos e matérias primas

i) Relações mantidas com os fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Josapar mantém um excelente relacionamento com seus fornecedores, parceiros comerciais para o atendimento pleno das necessidades dos consumidores da companhia, e não há nessa relação controle ou regulamentação governamental que não o respeito e obediência às normas fiscais e tributárias das unidades da federação e do país.

ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Conforme já abordado anteriormente, a Companhia dispõe de um número extremamente pulverizado de fornecedores, com exceção à linha de soja, onde por opção e entendimento comercial a empresa adquire matéria prima de um único fornecedor.

iii) Eventual volatilidade de seus preços

Como a maior escala e representatividade de vendas da organização referem-se a uma *commodity*, existe a volatilidade de preços correlacionada diretamente à flutuação do preço das matérias primas. Demais movimentos de preços naturais de uma empresa atuando em economia aberta e de livre concorrência.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no último exercício social (2010), informando:

- a) Montante total de receitas provenientes do cliente
- b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há nos últimos 3 exercícios sociais cliente que, individualmente represente mais do que 10% da receita líquida da empresa.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há qualquer regulação estatal vinculada as atividades da Companhia.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6. Em relação aos países dos quais a Companhia obtém receitas relevantes

Não aplicável à Companhia. Justificativa: a receita de vendas externas da Companhia é em média inferior a 5% (2,5% no último exercício social).

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6. informar em que medida a Companhia está sujeita a regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta nos negócios

Não aplicável à Companhia. Justificativa: a receita de vendas externas da Companhia é em média inferior a 5% (2,5% no último exercício social).

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8. Descrever as relações de longo prazo relevantes da Companhia que não figurem em outra parte deste formulário

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há qualquer relação relevante de longo prazo que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende ter descrito nesse item todas as informações relevantes sobre esse item que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1. Descrição do grupo econômico em que se insere a Companhia

a) Controladores diretos e indiretos

Peroli S/A Participações, controle direto, pessoa jurídica detentora de 6.161.976 ações ordinárias da Companhia, o que representa 58,96% do total das ações com direito a voto, e 58,23% da totalidade das ações da organização.

b) Controladas e coligadas

Conforme já informado, a Companhia possui uma controlada chamada Real Empreendimentos, que atua na área de comércio e administração de imóveis, com participação de 54,71%, e uma *offshore*, denominada Josapar International, criada em 1997 com a finalidade de captar investimentos estrangeiros e sem operação desde 1999.

c) Participações da Companhia em sociedades do Grupo

Não aplicável à Companhia. Justificativa: respondida no item 8.1 b.

d) Participações de sociedades do Grupo na Companhia

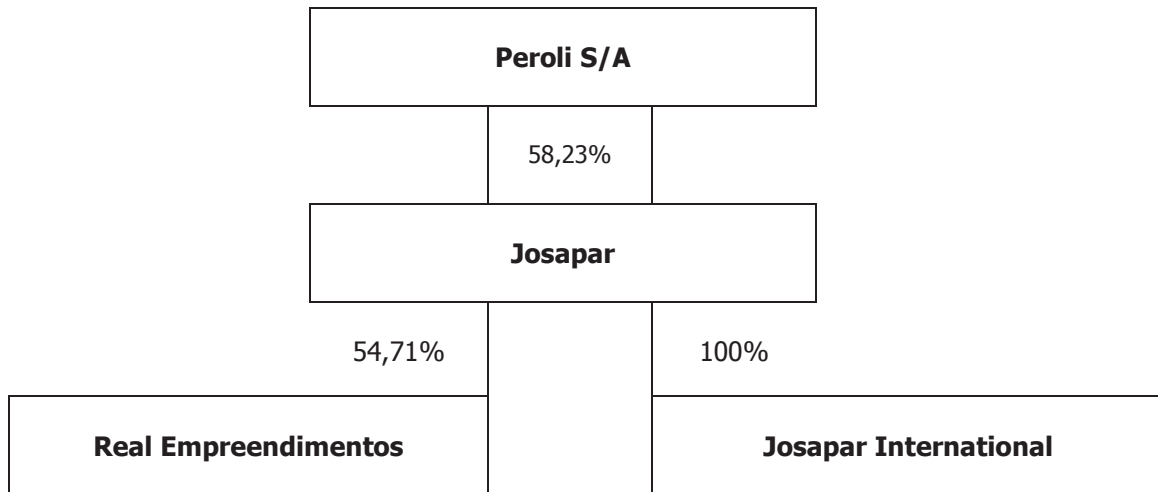
Não aplicável à Companhia. Justificativa: respondida no item 15.

e) Sociedades sob controle comum

Não aplicável à Companhia. Justificativa: respondida no item 15.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.2. Organograma do Grupo econômico



8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Respondido pelo item 6.5..

8.4 - Outras informações relevantes

8.4. Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende ter descrito nesse item todas as informações relevantes sobre esse item que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9. Ativos relevantes

9.1. Descrição dos bens do ativo não-circulante relevante para o desenvolvimento das atividades da Companhia no último exercício social

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	Pais de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Unidade Fabril Vila Princesa – Pelotas – RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade Fabril Itaquí – Itaquí – RS	Brasil	RS	Itaquí	Própria
Unidade Química – Pelotas – RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade de Santa Vitória do Palmar - Santa Vitória do Palmar – RS	Brasil	RS	Santa Vitória do Palmar	Própria
Unidade Centro – Pelotas – RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade Exportação – Pelotas – RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade URP - Pelotas – RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BELEZA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	TIO JOÃO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	TIO MINGOTE	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	BIJU	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	NUMERO 1 ORGANO NPK	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	IMPACTO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SUPRARROZ	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SUPRAFERTIL	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	EXTRA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	BATACLAN	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	PUPPY	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SUPREMO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	NO PONTO SUPRARROZ	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	CREMOSITO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	COZINHA FÁCIL TIO JOÃO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	CAIAQUE	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	AMITEC	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	PIACH	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	AMARELITO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	AMARELINHO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	COZINHA VIVA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PEDRINHO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	CLÁSSICA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	MAESTRA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SUPRA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	NIKKOH	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	BIJU PRONTÍSSIMO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	KOSHIHIKARI	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	OSASANISHIKI	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	JOSAPAR SUPRA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SUPRA SOY	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SOY PLUS	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SUBSTRATO AGRÍCOLA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	ARROZ NO PONTO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	CONFIGURACAO APLIC ESPOSITOR / ALIMENTOS	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	COZINHA & SABOR TIO JOAO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	SUBSTANCIA HUMICA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	FORTYCAT	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	FORTYDOG	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	FRENZY	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SUPRA MILK	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	TIO JOAO ORGANICO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	TIO JOAO VITA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	VARIEDADES MUNDIAIS TIO JOÃO ARROZ SELVAGEM	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Josapar Internacional	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Ilhas Cayman		George Town	operação offshore criada em 1997 com a finalidade de captar investimentos estrangeiros – tendo preparado e formalizado um Programa de Euro Commercial Paper em 1997, onde a garantidora era Josapar. Programa totalmente liquidado em 1999, empresa sem qualquer movimentação ou operação desde aquele ano.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	109.000,00		
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Origem específica na operação de captação de recursos no mercado internacional, já detalhada em itens anteriores.								
Real Empreendimentos S/A	92.213.552/0001-04	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Tem origem na organização patrimonial dos imóveis da Família Oliveira, atua na área de comércio e administração de imóveis e na exploração de shopping centers. Possui um shopping Center em Santa Maria – RS, denominado Monet Plaza Shopping, uma estrutura de lojas satélites a uma operação de varejo em Porto Alegre, denominada Zona Sul Strip Center, e desde a alienação da operação de supermercados por parte do Grupo Josapar ao o Grupo Português Sonae em 1997, passou a deter um contrato de locação de 13 das principais operações para o grupo varejista, contrato este hoje vigente com o sucessor do Sonae, WMS Supermercados Sul Ltda (Walmart).	54,710000
Valor mercado								
31/12/2010	0,150000	0,000000	2.188.000,00	Valor contábil	31/12/2010	136.187.000,00		
31/12/2009	5,100000	0,000000	2.199.000,00					
31/12/2008	0,000000	0,000000	2.200.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Origem na organização dos imóveis da Família Oliveira, os acionistas da Companhia, e em função da rentabilidade e gestão enxuta e eficiente da controlada o investimento rende dividendos compatíveis com a participação.								

9.2 - Outras informações relevantes

9.2. Outras informações relevantes sobre os ativos relevantes

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende ter descrito todas as informações relevantes sobre esse item que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

Condições financeiras e patrimoniais gerais:

O exercício de 2010 foi marcado pela recuperação do nível da atividade econômica do Brasil após a crise financeira desencadeada no final de 2008. Em contrapartida, assistimos a elevação dos indicadores de inflação, elevação dos preços dos insumos e serviços e o aumento da taxa de juros. Em relação à Safra de Arroz no Brasil os preços da matéria prima continuam impactados negativamente pelo superávit da produção em relação ao consumo. O preço do arroz em casca em 2010 foi inferior em 2,50% em relação a 2009 e inferior em 10,66% em relação a 2008. As variações de preço da matéria prima do arroz estão diretamente vinculadas ao faturamento bruto da Companhia.

Neste cenário, a JOSAPAR, demonstrando proatividade e eficiência, continua expandindo seu volume físico de vendas e prossegue reduzindo seu custo médio por produto vendido e que através das diversas ações de gestão foi possível obter a recomposição de margens operacionais.

- O faturamento bruto foi de R\$ 766 milhões na controladora e R\$ 785 milhões no consolidado.
- O lucro bruto foi de R\$ 169 milhões na controladora e R\$ 184 milhões no consolidado.
- O EBITDA foi R\$ 41,6 milhões na controladora e R\$ 47,2 milhões no consolidado.
- O lucro líquido foi de 12,1 milhões na controladora e no consolidado.
- O saldo de disponibilidades é de R\$ 116 milhões na controladora e R\$ 150 milhões no consolidado.
- O endividamento financeiro líquido (dívida financeira líquida) foi de R\$ 209,6 milhões na controladora e R\$ 176,3 milhões no consolidado.

(b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações.

- A estrutura de capital, mensurado principalmente em relação a dívida financeira líquida e EBITDA, estão compatíveis ao nosso giro operacional e capacidade de pagamento.
- Resgate de ações, não se aplica a companhia.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A JOSAPAR é uma empresa sólida e cumpridora de todos os seus compromissos e goza de um excelente relacionamento com seus fornecedores e instituições financeiras. O fluxo de caixa operacional da companhia e seus recursos disponíveis são adequados para fazer frente aos compromissos financeiros de curto e longo prazo.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados pela companhia.

Os investimentos em ativos não circulantes da companhia são realizados através de financiamentos específicos de longo prazo. Para o capital de giro a companhia privilegia os recursos próprios e com o monitoramento constante do mercado em busca de financiamentos vantajosos do ponto de vista de custo de oportunidade e prazo de vencimento, com relação ao caixa disponível.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez.

Vide resposta da letra (d).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**(f) Níveis de endividamento e financiamentos relevantes****(i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes**

Abaixo o quadro dos financiamentos existentes em 31/12/2010.

NO BRASIL	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Investimentos	10.225	8.900	10.225	8.900
Crédito Rural-EGF	30.410	20.395	30.410	20.395
Capital de Giro	136.300	136.958	136.361	137.110
Capital de Giro-PROCER	27.629	17.500	27.629	17.500
Passivo Circulante	204.564	183.753	204.625	183.905
Investimentos	32.405	40.419	32.405	40.419
Capital de Giro	80.875	-	80.875	-
Capital de Giro-PROCER	-	27.926	-	27.926
Passivo Não Circulante	113.280	68.345	113.280	68.345
NO EXTERIOR				
Descrição	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Investimentos	6.628	6.244	6.628	6.244
Capital de Giro-FINIMP	-	3.037	-	3.037
Passivo Circulante	6.628	9.281	6.628	9.281
Vencimento de Longo Prazo				
Prazo	2010	2009	2010	2009
2011		36.692		36.692
2012	67.017	6.921	67.017	6.921
2013	18.513	6.921	18.513	6.921
2014	15.497	6.921	15.497	6.921
2015	9.190	6.921	9.190	6.921
2016	3.063	3.969	3.063	3.969
2017				
	113.280	68.345	113.280	68.345

	Indexador	Taxa	
Investimentos em moeda nacional	pré-fixado	4,50%	aa
Investimentos em moeda nacional	TJLP	1,96%	aa
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	1,32%	aa
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,87%	aa
Investimentos em moeda estrangeira	Varição cambial US\$	13,00%	aa
Capital de Giro-FINIMP	Varição cambial US\$	2,17%	aa
Crédito Rural-EGF	pré-fixado	6,75%	aa
Capital de Giro	CDI	1,10%	aa
Capital de Giro-PROCER	pré-fixado	11,25%	aa

- Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação dos Certificados Depósitos Interbancários (CDI) acrescidos de spread bancário.

- Os financiamentos de crédito rural, denominados de EGF, são contratados a taxa pré-fixada de 6,75% ao ano.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Unidade Monetária IPCA (UMIPCA) acrescidas de spread bancário e em taxa de pré-fixada de 4,5% ao ano.

- A companhia possui parte de seus financiamentos de capital de giro contratadas em linhas enquadradas nas Resoluções 2770 e 4131. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar norte americano) e desde a sua contratação foram convertidas para a variação do CDI.

- A companhia não contratou e nem realizou operações financeiras classificadas como Derivativos.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica a companhia. Justificativa: não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica a companhia. Justificativa: não há grau de subordinação entre as dívidas.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não se aplica a companhia. Justificativa: não há qualquer restrição prevista nesse item do que aquelas previstas no Estatuto Social da empresa.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A JOSAPAR possui limites de financiamentos aprovados com diversas instituições financeiras, os quais se encontram parcialmente utilizados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações mais significativas comparadas às demonstrações financeiras de 2010 com 2009 foram: o aumento do saldo das contas de Estoques e de Adiantamento a Fornecedores, no valor de R\$ 62 milhões, aplicações estas devidamente financiadas pelo aumento das contas no Passivo de Fornecedores e um mix entre Financiamentos de Curto e Longo Prazo, seguindo a gestão estratégica do capital de giro da Companhia. Essas alterações vêm de encontro ao processo contínuo de reforço de qualidade dos produtos da empresa.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Os diretores devem comentar sobre:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

- O faturamento da companhia está distribuído entre os diversos produtos da companhia. A composição do faturamento por linha de produtos foi:

	2010	2009	2008
Arroz Branco	54,5%	57,4%	57,7%
Arroz Parboilizado	12,9%	14,0%	13,4%
Produtos Semi Prontos (arroz e divisão soja)	14%	12,3%	9,6%
Feijão	3,9%	3,1%	4,6%
Adubo	10,3%	9,3%	9,6%
Demais Produtos	4,4%	3,9%	5,1%
Total	100%	100,0%	100,0%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que impactam diretamente na variação das receitas são o volume e preço das mercadorias vendidas, principalmente em relação ao preço da matéria prima do arroz.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introduções de novos produtos e serviços

O pequeno aumento do faturamento bruto (R\$ 766.257 mil em 2010 contra R\$ 765.511 mil em 2009) é atribuído a melhor composição de vendas do ano, a despeito da queda do preço da matéria prima de maior representatividade da Companhia – arroz em casca, de 2,5%. Outro fator a ser mencionado é a desvalorização do dólar, que prejudicou a participação da receita do mercado externo nas vendas totais da empresa.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O reflexo da inflação está diretamente relacionado aos custos e despesas (ex. energia, embalagens, mão de obra, prestação de serviços), e diante do cenário atual que apresenta pressões inflacionárias contínuas o objetivo dos gestores está em proteger ao máximo a margem da Companhia perante esse efeito.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3 Os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica a companhia. Justificativa: não houve no último exercício social.

(b) Constituição, aquisição ou alienação da participação societária

Não se aplica a companhia. Justificativa: não houve no último exercício social.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não se aplica a companhia. Justificativa: não houve no último exercício social.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 Os diretores devem comentar:

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras são apresentadas pela primeira vez de acordo com o padrão IFRS e com base nas orientações divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os efeitos desta adoção foram considerados na posição de 1º de janeiro de 2009, que foi a data de transição da nova metodologia.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Valor Justo do Ativo Imobilizado – Em conexão com a nova metodologia contábil, a Companhia apurou o valor justo dos ativos do imobilizado, com data base de 01 de janeiro de 2009, que refletiu um aumento de R\$ 76.923 mil. A controlada Real Empreendimentos S.A adotou o mesmo procedimento e o efeito foi um aumento de R\$ 269.721 mil nas contas do ativo imobilizado e que gerou um efeito na JOSAPAR de R\$ 97.419 mil na conta de investimentos (ativo permanente) através do cálculo de ajuste de equivalência patrimonial.

Tempo de vida útil dos bens – Através da apuração do valor justos dos ativos, a Companhia revisou a vida útil dos bens do ativo imobilizado. As informações detalhadas da apuração do valor justo dos ativos da Companhia são apresentadas com detalhes nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ênfase: “Conforme descrito nas notas explicativas 2 e 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Josapar – Joaquim Oliveira S/A Participações, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.”

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Contexto operacional

A Companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos e, por meio de sua controlada Real Empreendimentos S.A. na administração de imóveis e no comércio imobiliário.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 07 de março de 2011.

Base de preparação

a. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pelas edições de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e normas brasileiras aprovadas pelo CFC- Conselho Federal de Contabilidade.

b. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CFC).

As presentes demonstrações financeiras incluem:

As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

- As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Essas são as primeiras demonstrações consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC 37- Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

A demonstração do resultado abrangente não foi apresentada por não ser aplicável para a empresa.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Principais práticas contábeis

Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.

Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº. 5 das Demonstrações Financeiras da Companhia, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 50 dias, não sendo aplicado o ajuste a valor presente.

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado já considerados os efeitos do CPC – nota explicativa nº. 7 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Imobilizado, intangível e diferido

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil.

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram registrados pelo valor justo menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador qualificado profissionalmente. Essas avaliações foram feitas com perícia suficiente para garantir que o valor contábil não difira materialmente do que seria determinado usando o valor justo no final do período a que se referem as demonstrações financeiras em relação a nova vida útil determinada para cada item. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº. 10 das Demonstrações Financeiras da Companhia, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Amortização do diferido, pelo método linear, a taxas anuais entre 10% e 20%.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação conforme facultado pela instrução CVM nº. 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º..

O efeito reflexo da aplicação do CPC 27 - Imobilizado na controladora está demonstrado no investimento em contrapartida do ajuste de avaliação patrimonial reflexa.

Investimentos

Investimentos em empresas controladas avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos reavaliados.

I Imposto de Renda e contribuição social

Estão calculados com base no lucro real, sendo Imposto de Renda à alíquota de 15% mais 10% de adicional, e contribuição social de 9%.

Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativas e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº. 9 das Demonstrações Financeiras da Companhia, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, CPC 36 — Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.

Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.

As participações de acionistas não controladores na Real Empreendimentos S.A. estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Novas Práticas

As demonstrações financeiras da Empresa e Controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, são as primeiras demonstrações financeiras anuais totalmente em conformidade com as normas brasileiras aprovadas pelo CFC.

Foram adotados as práticas contábeis previstas nos pronunciamentos emitidos pelo CPC e aprovados pelo CFC no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive para o período comparativo de 31 de dezembro de 2009 e no balanço patrimonial de abertura em 1 de janeiro de 2009.

Os efeitos da aplicação destas normas nas demonstrações financeiras da Companhia estão apresentados a seguir:

CONTROLADORA	Saldos em:			31.12.2009	Saldos em:			01.01.2009
	Balanco original	Ajustes CPCs		Saldos após adoção dos CPCs	Balanco original	Ajustes CPCs		Saldos após adoção dos CPCs
ATIVO								
Clientes	110.927	(11.113)	(a)	99.814	117.965	-		117.965
Estoques	52.630	7.605	(a)	60.235	120.388	-		120.388
Investimentos	39.008	97.642	(b)	136.650	37.200	97.419	(b)	134.619
Imobilizado	110.656	83.868	(b)(c)	194.524	87.357	76.923	(b)	164.280
Demais contas do ativo	196.115	-		196.115	180.581	-		180.581
Total do ativo	509.336	178.002		687.338	543.491	174.341		717.832
PASSIVO								
Obrigações tributárias	6.908	(979)	(a)	5.929	9.483	-		9.483
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	966	1.259	(a) (b)	2.225	7.881	-		7.881
Tributos diferidos	-	25.538	(b)	25.538	-	26.154	(b)	26.154
Demais contas do passivo	318.697	-		318.697	346.340	-		346.340
Reservas de lucros	62.011	5.995	(a) (b)	68.006	80.733	-		80.733

10.5 - Políticas contábeis críticas

Ajustes de avaliação Patrimonial	-	146.189	(b)	146.189	-	148.188	(b)	148.188
Demais contas do patrimônio líquido	120.754	-		120.754	99.054	-		99.054
Total do passivo e Patrimônio líquido	509.336	178.002		687.338	543.491	174.341		717.832

	Balanco original	Ajustes CPCs		Saldos após adoção dos CPCs
RESULTADO				
Venda de produtos e serviços	743.104	(11.113)	(a)	731.991
[-] Impostos s/ faturamento	(68.425)	979	(a)	(67.446)
Custos dos produtos vendidos	(531.464)	13.264	(a) (b)	(518.200)
Despesas financeiras	(13.755)	442	(c)	(13.313)
Demais contas do Resultado	(124.627)	845	(b)	(125.224)
Lucro líquido do exercício	3.391	4.417	(b) (c)	7.808

CONSOLIDADO	Saldos em:			31.12.2009	Saldos em:			01.01.2009
	Balanco original	Ajustes CPCs		Saldos após adoção dos CPCs	Balanco original	Ajustes CPCs		Saldos após adoção dos CPCs
ATIVO								
Clientes	112.746	(11.113)	(a)	101.633	120.338	-		120.338
Estoques	52.262	7.605	(a)	61.867	122.003	-		122.003
Investimentos	34.681	-	(b)	4.681	4.667	-	-	14.667
Imobilizado	149.444	353.241	(b)(c)	502.685	128.363	346.643	(b)	475.006
Demais contas do ativo	229.490	-		229.490	206.136	-	-	206.136
Total do ativo	550.623	349.733		900.356	581.507	346.643	-	928.150
PASSIVO								
Obrigações tributárias	8.407	(979)	(a)	7.428	11.100	-		11.100
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	2.826	1.259	(a) (b)	4.085	9.664	-		9.664
Tributos diferidos	-	116.487	(b)	116.487	-	117.858	(b)	117.858
Demais contas do passivo	318.697	-		318.697	346.340	-		346.340
Reservas de lucros	62.011	5.995	(a) (b)	68.006	80.733	-		80.733

10.5 - Políticas contábeis críticas

Ajustes de avaliação Patrimonial	-	146.190	(b)	146.190	-	148.188	(b)	148.188
Demais contas do patrimônio líquido	158.682	80.781		239.463	113.670	80.597		214.267
Total do passivo e do patrimônio líquido	550.623	349.733		900.356	581.507	346.643		928.150

RESULTADO	Balanco original	Ajustes CPCs		Saldos após adoção dos CPCs
Venda de produtos e serviços	762.015	(11.113)	(a)	750.902
[-] Impostos s/ faturamento	(70.183)	979	(a)	(69.204)
Custos dos produtos vendidos	(553.684)	13.264	(a) (b)	(520.420)
Despesas financeiras	(13.351)	442	(c)	(12.910)
Demais contas do Resultado	(141.406)	845	(b)	(140.561)
Lucro líquido do exercício	3.391	4.417	(b) (c)	7.808

(a) Ajustes nas rubricas de "Clientes", "estoques", "Obrigações tributárias", "Venda de produtos e serviços", "Impostos s/ faturamento", "Custos dos produtos vendidos", "Dividendos a pagar" e "Reserva de lucros" são oriundos da aplicação do Pronunciamento Técnico "CPC 30 – Receitas" provenientes da venda de bens a ser reconhecidas quando na transferência dos riscos e benefícios da propriedade ao comprador.

(b) Ajustes nas rubricas de "Imobilizado", "Investimentos", "Tributos diferidos passivo", "Dividendos a pagar", "Ajuste de avaliação patrimonial", "Lucros acumulados", "Custos dos produtos vendidos", "Equivalência patrimonial, Depreciação," e "Lucro líquido do exercício", devido à adoção do novo custo atribuído ao ativo imobilizado com base no "CPC 27 – Ativo Imobilizado" e "CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40", visto que a Administração da Companhia detectou itens do ativo imobilizado em operação, capazes de proporcionar geração de fluxos de caixa futuros que estão reconhecidos no balanço por valor consideravelmente inferior ao seu valor justo, procedimento que foi adotado também para a controlada, Real Empreendimentos S/A..

(c) Reclassificação nas rubricas de "Imobilizado" e "Despesas financeiras" devido a adoção do "CPC 20 – Custos de Empréstimos" que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção do ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo.

Gestão de riscos e instrumentos financeiros

As atividades da Companhia e de suas coligadas as expõe em alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico, a partir de políticas previamente estabelecidas, que planeja as operações da Companhia no sentido de proteger a sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais, decorrem de operações de compra e venda no mercado externo e estão completamente atrelados com prazos e volumes que se equivalem, formando uma proteção

10.5 - Políticas contábeis críticas

natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde é tomado por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes, cujo prazo médio de pagamento varia entre 40 e 50 dias, com perda histórica mensurada de 0,08% sobre o faturamento.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um *hedge* natural composto por ativos financeiros indexados as mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento à Instrução Normativa CVM nº. 550/08, a Companhia e suas controladas procederam a uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado.

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras está descrito na nota explicativa nº. 3 das Demonstrações Financeiras da Companhia, sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano e UMBNDES). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Ativos				
Aplicações financeiras	3.945	4.129	3.945	4.129
Contas a receber de clientes	5.072	8.416	5.072	8.416
	9.017	12.545	9.017	12.545
Empréstimos e financiamentos	6.628	9.281	6.628	9.281
	6.628	9.281	6.628	9.281
Exposição ativa /(passiva) líquida	2.389	3.264	2.389	3.264

Dentre os riscos dos instrumentos financeiros, a Companhia está exposta basicamente à variação cambial e flutuação de taxas de juros. Em 31 de dezembro 2010, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos derivativos.

A Companhia e suas controladas não mantêm instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2010.

Contas a receber de clientes

10.5 - Políticas contábeis críticas

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Clientes Nacionais	93.644	103.439	118.483	97.599	107.532	125.028
Cientes no Exterior	5.072	8.416	-	5.072	8.416	-
Provisão para credito de liquidação duvidosa	(720)	(928)	(518)	(2.374)	(3.202)	(4.690)
Ajuste dos efeitos do CPC 30- Receitas	-	(11.113)	-	-	(11.113)	-
Total	97.456	99.814	117.965	100.297	101.633	120.338

Adiantamentos a Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Adiantamentos fornecedores de arroz	45.885	22.298	3.214	45.885	22.298	3.214
Adiantamentos fornecedores diversos	11.962	1.873	3.690	11.962	1.873	3.690
Total	57.847	24.171	6.904	57.847	24.171	6.904

Estoques

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Produtos acabados/semielaborados	44.823	27.270	43.819	44.823	27.270	43.819
Mercadorias para revenda	310	170	205	310	170	205
Matérias-primas	37.348	19.028	69.380	37.348	19.028	69.380
Produtos com terceiros	767	2.057	2.629	767	2.057	2.629
Outros Efeitos dos Ajustes CPC 30 Receitas	5.393	4.105	4.355	6.849	5.737	5.970
	-	7.605	-	-	7.605	-
Total	88.641	60.235	120.388	90.097	61.867	122.003

Impostos a recuperar e créditos fiscais diferidos

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
ATIVO CIRCULANTE						
PIS	5.172	3.525	2.852	5.219	3.583	2.908
COFINS	28.869	20.652	13.593	28.868	20.698	13.634
ICMS	7.011	9.672	8.490	7.011	9.672	8.490
Imposto de renda retido na fonte	472	226	2.808	686	377	2.983
Saldo do Refis	-	-	-	1.914	1.892	1.868
Saldo negativo CSLL	26	26	26	26	27	48
Saldo negativo IRPJ	4.161	5.358		4.207	5.362	39
Total	45.711	39.460	27.769	47.931	41.611	29.970
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
ADIR estadual	229	229	229	229	229	229
PIS MP-252/05 ativo imobilizado	293	468	99	1.355	468	100

10.5 - Políticas contábeis críticas

COFINS MP-252/05 ativo imobilizado	1.355	2.158	455	182	2.160	463
Contribuição social s/ variação cambial	182	314	197	505	314	197
IRPJ S/Variação cambial	505	814	546	294	814	546
Taxa CACEX		96	226	-	96	226
Total	2.565	4.081	1.752	2.565	4.081	1.761

Os créditos de PIS e COFINS são oriundos de compras no mercado interno, cuja saída correspondente é tributado a alíquota zero.

Em 2010 houve um aproveitamento de PIS e COFINS sobre o imobilizado no valor de R\$ 2.446 referente ampliação e modernização das unidades. O ICMS tem como crédito nas aquisições do ativo imobilizado, que será aproveitado no prazo de acordo com a legislação vigente. O saldo negativo de IRPJ e CSSL foi apurado através de balanços trimestrais.

INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS**Informações sobre as controladas**

	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Real Empreendimentos S.A.	Josapar Intl.	Real Empreendimentos S.A.	Josapar Intl.	Real Empreendimentos S.A.	Josapar Intl.
Número de ações possuídas	185.692	50	185.692	50	185.692	50
Participação no capital - %	54,72	100	54,72	100	54,72	100
Capital social	49.500	83	49.500	87	49.500	117
Patrimônio líquido	69.745	109	70.130	119	66.728	174
Ajustes Decorrentes do CPC 27-					178.016	
Imobilizado	129.681	-	178.422	-		-
Patrimônio Líquido Ajustado	248.926	109	248.554	(10)	244.744	178.016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.098	(6)	7.128	(10)	5.971	(3)
Ajustes Decorrentes dos CPC 27-					-	
Imobilizado	(477)		(348)			-
Lucro/ prejuízo do exercício	3.621	(6)	6.780	(10)	5.971	(3)

Movimentação dos investimentos

	REAL		TOTAL
	Empreendimentos	Josapar Internacional	
Saldo em 01 de janeiro de 2009	36.516	174	36.690
Ajustes decorrentes dos CPC 27- Imobilizado	97.419	-	97.419
Saldo em 01 de janeiro de 2009 Ajustado	133.935	174	134.109
Efeito variação cambial	-	(45)	(45)
IR, CSSL sobre reservas	576	-	576
Equivalência Patrimonial	1.701	(10)	1.691
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	(191)	-	(191)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	136.021	119	136.140
Efeito variação cambial	-	(6)	(6)
IR, CSSL sobre reservas	415	-	415
Equivalência patrimonial	(207)	(6)	(213)

10.5 - Políticas contábeis críticas

Saldo em 31 de dezembro de 2010

136.229	107	136.336
---------	-----	---------

10. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL e diferido**Controladora**

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equip.	Ativos em construção	Móveis e utensílios	Total
Saldo dos custos	24.292	117.641	1.117	76.862	29.120	33.728	282.760
Saldo da depreciação	-	(36.499)	(800)	(59.086)	-	(23.772)	(120.157)
Valor residual em 01 de Janeiro de 2009	24.292	81.142	317	17.776	29.120	9.956	162.603
Adições	-	12	-	90	35.599	214	35.915
Baixas	-	-	-	(2.392)	(2.924)	(311)	(5.627)
Baixa depreciação	-	-	-	4.651	-	1	4.652
Transferências	150	12.908	20	34.943	(51.022)	2.793	(208)
Custo empréstimos	-	-	-	-	442	-	442
Depreciação	-	(2.002)	(46)	(2.247)	-	(1.191)	(5.486)
Valor residual em 31 de dezembro de 2009	24.442	92.060	291	52.821	11.216	11.463	192.292
Adições	-	-	8	418	28.070	948	29.444
Baixas	-	-	(83)	(2.745)	(6.847)	(348)	(10.023)
Baixa depreciação	-	-	49	.515	-	6	570
Transferências	1.610	-	-	12.335	(17.088)	3.106	(36)
Custo empréstimos	-	-	-	-	1.233	-	1.233
Depreciação	-	(2.168)	(45)	(3.674)	-	(1.507)	(7.394)
Valor residual em 31 de dezembro de 2010	26.052	89.892	220	59.669	16.585	13.668	206.087

Consolidado

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equip.	Ativos em construção	Móveis e utensílios	Total
Saldo dos custos	204.282	284.540	1.587	78.042	29.568	33.865	631.884
Saldo da depreciação	-	(74.566)	(1.030)	(59.691)	-	(23.881)	(159.168)
Valor residual em 01 de Janeiro de 2009	204.282	209.974	557	18.351	29.568	9.984	472.716
Adições	-	12	273	90	36.051	216	36.642
Baixas	-	-	-	(2.392)	(2.924)	(311)	(5.627)
Baixa depreciação	-	-	-	4.651	-	1	4.652
Transferências	150	12.908	20	34.943	(51.021)	2.794	(206)
Custo empréstimos	-	-	-	-	442	-	442
Depreciação	-	(4.579)	(105)	(2.293)	-	(1.199)	(8.176)
Valor residual em 31 de dezembro de 2009	204.432	218.315	745	53.350	12.116	11.485	500.443
Adições	-	-	13	429	28.100	958	29.500
Baixas	-	-	(83)	(2.745)	(6.847)	(348)	(10.023)
Baixa depreciação	-	-	49	515	-	6	570
Transferências	1.610	15	-	12.341	(17.108)	3.107	(35)
Custo empréstimos	-	-	-	-	1.233	-	1.233

10.5 - Políticas contábeis críticas

Depreciação	-	(4.745)	(127)	(3.721)	-	(1.515)	(10.108)
Valor residual em 31 de dezembro de 2010	206.042	213.585	597	60.169	17.494	13.693	511.580

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas e patentes/ direito de uso	Softwares	Total	Marcas e patentes/ direito de uso	Softwares	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2009	1.613	2.741	4.354	1.623	2.741	4.364
Depreciação	-	(2.074)	(2.074)	-	(2.074)	(2.074)
Valor Residual em 01 de Janeiro de 2009	1.613	667	2.280	1.623	667	2.290
Transferências	-	207	207	-	207	207
Depreciação	-	(256)	(256)	-	(256)	(256)
Valor Residual em 31 de Dezembro de 2009	1.613	618	2.232	1.623	618	2.242
Adições	-	-	-	25	-	25
Transferências	-	36	36	-	36	36
Depreciação	-	(296)	(296)	-	(296)	(296)
Valor Residual em 31 de Dezembro de 2010	1.613	358	1.971	1.648	358	2.006

Devido à nova legislação societária brasileira, com a emissão da Lei nº. 11.638/07, a reavaliação de imobilizado é vedada no Brasil. A avaliação realizada sobre a propriedade é aplicada para análise da política de depreciação e mensuração da redução do valor recuperável, que deve ser descontado diretamente ao resultado.

A recomposição dos ativos, de acordo com o CPC 27, corresponde ao valor bruto de R\$ 76.923, levando em consideração o custo atribuído.

As taxas de depreciação calculadas pelo método linear foram ajustadas de acordo com a nova vida útil de cada bem:

Imóveis prédios	2,8% aa
veículos	10 % aa
Veículos industriais	20% aa
Máquinas e Equipamentos Nacionais e Importados	6% e 7% aa
Móveis e utensílios	10%aa
Instalações e Benfeitorias	10%aa
Sistemas e Equipamentos e Informática	33%aa

A realização da reserva de reavaliação no exercício de 2010 foi de R\$413mil (2009 – R\$690 mil) (consolidado: 2010 – R\$1.316mil; 2009 – R\$1.351mil). As provisões para Imposto de Renda e contribuição social estão constituídas sobre a reserva de reavaliação de ativos próprios, de acordo com as alíquotas vigentes. Em exercícios anteriores, ocorreu a capitalização de parte da reserva constituída.

Diferido

10.5 - Políticas contábeis críticas

A amortização do diferido é feita pelo método linear a taxa anual de 10%. O saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 238-(R\$602 -2009).

Provisão para contingências e questionamentos legais

A Companhia adota o critério de constituir provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável e um percentual, considerado razoável por seus administradores, para as causas de perda classificadas como possíveis. Em 31 de dezembro de 2010, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$9.836 – controladora e R\$12.453 – consolidado (31 de dezembro de 2009: R\$32.142 – controladora e R\$35.678 – consolidado). O montante constituído das provisões está sendo apresentado neste exercício líquido dos depósitos judiciais.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Passivo circulante						
Provisão para contingências	5.938	8.742	11.545	6.939	8.742	11.545
(-) Depósitos judiciais	(1.176)	(1.126)	(8.051)	(2.177)	(1.126)	(8.051)
	4.762	7.616	3.494	4.762	7.616	3.494
Passivo não circulante						
Provisão para contingências	-	-	6.500	-	-	6.500
	-	-	6.500	-	-	6.500
Total provisões líquidas dos depósitos judiciais	4.762	7.616	9.994	4.762	7.616	9.994

A Companhia pleiteia a manutenção de créditos sobre a aquisição de insumos tributados pelo IPI e utilizados para a industrialização de produtos com saídas não tributadas (NT), por meio de processo iniciado em setembro de 2001, que se encontra no Supremo Tribunal Federal, com decisão favorável, aguardando julgamento de recurso extraordinário interposto pela União. O valor desse crédito, atualizado para 31 de dezembro de 2010, é de R\$18.421 – controladora e consolidado (31 de dezembro de 2009: R\$17.485 – controladora e consolidado) e não está contabilizado, aguardando decisão final.

Companhia também postula, por meio de processo judicial no STF, impetrado em 2000, a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2010, calculado a partir de 1995 até o advento das Leis nº. 10.637/02 e nº. 10.833/04, ainda não contabilizado, está em R\$28.480– controladora e consolidado (31 de dezembro de 2009: R\$27.491 – controladora e consolidado). Atualmente, essa tese encontra-se com julgamento suspenso no Supremo Tribunal Federal, por pedido de vistas de ministros, e está com placar favorável aos contribuintes de seis votos, contra um para o fisco.

A Companhia e Real Empreendimentos S.A., esta na qualidade de terceira outorgante de hipoteca garantidora, são réus em ação ordinária de cobrança movida por Sonae Distribuição do Brasil, que em 28 de julho de 2010 foi julgada, em primeiro grau, parcialmente procedente, com condenação ao pagamento de R\$38.981. A Companhia protocolou apelação, com prognóstico de decisão em segundo grau, pleiteando a improcedência da referida ação.

A estimativa dos consultores legais da companhia é que a improcedência é uma hipótese provável e a redução do valor da condenação uma hipótese possível. A ação, se definitivamente julgada procedente contra a Companhia, estará com sua execução garantida pela já referida hipoteca constituída pela Real Empreendimentos S.A.

- Planos de Pensão: Não se aplica a companhia.
- Ajuste de conversão a moeda estrangeira: Não se aplica a companhia.

10.5 - Políticas contábeis críticas

- Custo de recuperação ambiental: Não se aplica a companhia.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor**10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:****(a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

O Grau de eficiência dos controles internos da companhia é adequado. São realizados inventários de estoques no decorrer do exercício. São revisadas as permissões de acessos dos usuários nos sistemas da companhia. Existe um sistema de monitoramento por câmeras nas áreas estratégicas da companhia. Todos os controles internos são testados sistematicamente pelos auditores.

(b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não existem deficiências e recomendações relevantes relatadas pelo auditor que possa prejudicar a análise das demonstrações contábeis.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Não se aplica a companhia. Justificativa: não houve no último exercício social.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Não se aplica a companhia. Justificativa: não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Não se aplica a companhia. Justificativa: não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.10 - Plano de negócios

10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(ii) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Foram realizados investimentos em ativos imobilizados de R\$ 30,7 milhões em 2010 e de R\$ 36,3 milhões em 2009. Estes investimentos foram realizados, principalmente, com vistas à ampliação da capacidade de armazenagem, secagem e beneficiamento. Os investimentos futuros da companhia continuarão a ser destinados para o processo de expansão e renovação dos equipamentos.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamentos para os investimentos realizados em 2010 e 2009 foram obtidas através de financiamentos utilizando linhas dos BNDES em operações diretas e indiretas e com a geração de caixa operacional da companhia.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica a companhia. Justificativa: não houve no último exercício social.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica a companhia. Justificativa: não houve no último exercício social.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento:

Não se aplica a companhia. Justificativa: não há.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Não se aplica a companhia. Justificativa: não houve no último exercício social.

(iii) Projetos em andamento já divulgados:

Não se aplica a companhia. Justificativa: não há.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Não se aplica a companhia. Justificativa: não houve no último exercício social.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não se aplica a companhia. Justificativa: não há outros fatores relevantes que tenham influenciado o desempenho operacional da Companhia.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11. Projeções

Não aplicável à Companhia. Justificativa: a organização não divulga ou publica projeções de suas operações.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11. Projeções

Não aplicável à Companhia. Justificativa: a organização não divulga ou publica projeções de suas operações.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1.1. Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme seu Estatuto Social

a) Atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de administração

Cabe ao Conselho de Administração:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, examinar e manifestar-se sobre planos, projetos e diretrizes econômico-financeiras, industriais e comerciais;
- b) Fiscalizar a gestão dos diretores e examinar, a qualquer tempo, livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer operações, contratadas ou em contratação;
- c) Analisar e autorizar planos de investimentos e desmobilizações, inclusive aquisição e alienação de bens imóveis e a constituição de ônus reais, estabelecendo o valor de alçada, a forma e condições para implantação das operações pela Diretoria;
- d) Sem prejuízo do disposto na letra "c" anterior, autorizar a contratação de empréstimos e financiamentos e a constituição de ônus reais em favor de instituições financeiras para operações que elevem o endividamento da companhia em valor superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido contábil, segundo balanço levantado no último dia do mês anterior ao da operação;
- e) Autorizar a aquisição e alienação de quotas ou ações do capital social de outras empresas que sejam ou venham a ser reputadas como investimento relevante na forma da lei ou a constituição de subsidiária integral;
- f) Autorizar a aquisição de ações e debêntures emitidas pela Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes;
- g) Eleger e destituir diretores da sociedade, atribuir designações e fixar-lhes as atribuições, observando o que a respeito dispuser o Estatuto Social;
- h) Manifestar-se sobre as demonstrações contábeis e relatórios da administração;
- i) Manifestar-se sobre qualquer proposta a ser encaminhada à assembléia geral e convocá-la;
- j) Deliberar sobre a emissão de novas ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando preço e demais condições da emissão, e autorizar a emissão de Notas Promissórias para subscrição pública "Comercial Papers";
- k) Apresentar à assembléia geral plano para outorga de opção de compra de ações nos termos da lei e do Estatuto Social;
- l) Disciplinar a política de atribuição e distribuição de participação nos lucros anuais aos administradores, e efetuar a proposta de distribuição do lucro líquido à assembléia geral;
- m) Escolher e destituir auditores independentes;
- n) Se mantido em caso de liquidação da sociedade nomear o liquidante e fixar a sua remuneração, podendo também destitui-lo;
- o) Decidir os casos extraordinários emergentes dos negócios e administração da sociedade que não estiverem regulados no Estatuto Social.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem suas atribuições definidas pela Lei das Sociedades por ações, sendo de sua competência: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembléia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à assembléia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (v) convocar a assembléia geral ordinária, se os órgãos da administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembléias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; (viii) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Diretoria

É da competência da Diretoria:

- a) Administração e representação geral da sociedade, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente;
- b) Fazer por elaborar e submeter ao Conselho de Administração, orçamentos econômico-financeiros, anuais e plurianuais, planos e projetos de investimentos, especificando as fontes e as aplicações dos recursos;
- c) Apresentar ao Conselho de Administração propostas para a destinação do lucro e para a distribuição de dividendos;
- d) Observando o que a respeito dispõe o Artigo 26 do Estatuto, nomear procuradores, devendo especificar no instrumento os atos ou operações que poderão praticar e a duração do mandato que, no caso de ser judicial, poderá ser por prazo indeterminado;
- e) Observando o que dispõem as letras "c", "e" e "f" do Artigo 21 do Estatuto Social, proceder a aquisição e alienação de bens do ativo permanente e a constituição de subsidiárias integrais;
- f) Autorizada pelo Conselho de Administração, onerar esses mesmos bens, através da constituição ou cessão de direitos reais de garantia, bem como prestar aval ou fiança em operações relacionadas com objeto social e em favor de empresas controladas, coligadas e ligadas;
- g) Confessar, renunciar, transigir e acordar em qualquer direito ou obrigação da sociedade, desde que pertinentes às suas operações sociais;
- h) Celebrar contratos ou outros compromissos, bem como contrair obrigações com instituições de direito público e privado, desde que pertinentes ao objeto social e ao desenvolvimento normal das operações da sociedade.

Comitê de Auditoria

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há comitê de auditoria.

b) Data de instalação do Conselho Fiscal e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal não é permanente, sendo instaurado a cada Assembléia Ordinária. Por determinação da Assembléia Ordinária realizada em 02/05/2011, o Conselho Fiscal não foi instaurado para o exercício de 2011.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou Comitê

Diretoria, auditoria e conselho fiscal são avaliados pelo Conselho de Administração, e o conjunto total dos órgãos e comitês existentes na Companhia, inclusive Conselho de Administração, estão submetidos à avaliação de seus acionistas quando das assembléias ordinárias e extraordinárias.

d) Atribuições e poderes individuais de membros da Diretoria

- Diretor Presidente: coordenar a atuação do grupo da alta administração da empresa, formada por outros 3 diretores estatutários e outros 4 diretores adjuntos, poderes formais regrados pelo estatuto social da organização;

- Diretor Vice-Presidente e de Relação com Investidores: auxílio na coordenação do grupo de alta administração ao Diretor Presidente, responsável direto pela relação institucional com

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

investidores e mercado, bem como pela supervisão da diretoria administrativa e financeira. Tem poderes formais regrados pelo estatuto social.

- Diretor Comercial: membro do grupo de alta administração da Companhia, coordena as áreas de abastecimento, comercialização, marketing e logística, respondendo aos Diretores Presidente e Vice-Presidente. Poderes formais regrados pelo estatuto social.

- Diretor Administrativo Financeiro: membro do grupo de alta administração da Companhia, coordena as áreas de TI, RH, controladoria e finanças, respondendo aos Diretores Presidente e Vice-Presidente. Poderes formais regrados pelo estatuto social.

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da Diretoria

A Diretoria é avaliada pelo Conselho de Administração, e o conjunto total dos órgãos e comitês existentes na Companhia, inclusive Conselho de Administração, estão submetidos à avaliação de seus acionistas quando das assembleias ordinárias e extraordinárias.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Políticas e práticas das Assembléias Gerais

a) Prazos de convocação

Prazo legal, de no mínimo 15 dias de antecedência.

b) Competências

Aprovar as contas da companhia, promover alterações no estatuto social, eleger o conselho de administração, remuneração global dos administradores (Conselho), e decidir toda e qualquer matéria a ela submetida pelo conselho de administração.

c) Endereços nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Na sede social da Companhia, localizada na Av. Carlos Gomes, 651 - 5º Andar – Boa Vista, CEP 90480-003, Porto Alegre – RS.

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há política de administração de conflitos de interesse formalmente regulamentada.

e) Quanto à solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Aquelas previstas pelo Estatuto Social da Organização.

f) Formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico

Aquelas previstas pelo Estatuto social da Organização. A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g) Manutenção de fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há.

h) Transmissão ao vivo do vídeo e /ou áudio das assembleias

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há.

i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há formalmente estabelecidos.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	12/04/2011
		Jornal do Comércio - RS	12/04/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Jornal do Comércio - RS	15/04/2011
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	26/03/2010
		Jornal do Comércio - RS	26/03/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	13/04/2010
		Jornal do Comércio - RS	13/04/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	22/06/2010
		Jornal do Comércio - RS	22/06/2010
31/12/2008	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	25/03/2009
		Jornal do Comércio - RS	25/03/2009
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	09/04/2009
		Jornal do Comércio - RS	09/04/2009
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	06/08/2009
		Jornal do Comércio - RS	06/08/2009

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4. Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração, indicando:

a) Frequência das reuniões

O Conselho de Administração realizará reuniões ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem.

b) Se existirem, as disposições do acordo nos acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito a voto de membros do conselho

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há acordo de acionistas vigente na Cia.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há regra formal de identificação e administração de conflito de interesses na empresa.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5. Se existir, descrever cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e à Companhia por meio de arbitragem

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Luiz Augusto Barcellos Krause	47	Pertence apenas à Diretoria	02/05/2011	1 ANO
435.086.000-25	engenheiro electricista	Não há	02/05/2011	Sim
NÃO				
Marcelo Augusto Furlan dos Santos	42	Pertence apenas à Diretoria	02/05/2011	1 ANO
490.775.460-49	administrador de empresas	Diretor Financeiro controlada Real Empreendimentos	02/05/2011	Sim
NÃO				
LAURO DE OLIVEIRA LAPA	74	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/05/2011	1 ANO
007.256.330-34	COMERCIANTE	20 - Presidente do Conselho de Administração	02/05/2011	Sim
NÃO				
ARY TEIXEIRA DE OLIVEIRA	70	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/05/2011	1 ANO
007.257.060-15	ADVOGADO	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	02/05/2011	Sim
NÃO				
SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/05/2011	1 ANO
237.291.630-00	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	02/05/2011	Sim
NÃO				
JOAQUIM LUIZ TEIXEIRA DE OLIVEIRA JUNIOR	42	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/05/2011	1 ANO
419.258.150-72	ECONOMISTA	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	02/05/2011	Sim
NÃO				
João Carlos de Oliveira Júnior	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/05/2011	1 ANO
263.757.020-20	administrador de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	02/05/2011	Sim
NÃO				
LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA	46	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	02/05/2011	1 ANO
400.874.250-68	ENGENHEIRO CIVIL	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	02/05/2011	Sim
DIRETOR PRESIDENTE				
Augusto Lauro de Oliveira Junior	52	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	02/05/2011	1 ANO
207.412.940-87	ADVOGADO	32 - Vice Pres. C.A. e Vice Dir. Presidente	02/05/2011	Sim
DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				

Luiz Augusto Barcellos Krause - 435.086.000-25

exerceu nos últimos 5 anos cargos de direção na administração da Companhia; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Marcelo Augusto Furlan dos Santos - 490.775.460-49

exerceu nos últimos 5 anos cargos de direção na administração da Companhia; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

LAURO DE OLIVEIRA LAPA - 007.256.330-34

exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

ARY TEIXEIRA DE OLIVEIRA - 007.257.060-15

exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA - 237.291.630-00

exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

JOAQUIM LUIZ TEIXEIRA DE OLIVEIRA JUNIOR - 419.258.150-72

exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

João Carlos de Oliveira Júnior - 263.757.020-20

informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA - 400.874.250-68

exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Augusto Lauro de Oliveira Junior - 207.412.940-87

exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não existem outros comitês vigentes na organização.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia é uma empresa de origem familiar que hoje tem representantes da terceira geração a frente dos negócios. Em função desta origem, existe a convivência com as seguintes relações familiares na operação: dois dos principais executivos (Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente) e todos os demais conselheiros são acionistas e possuem entre si parentesco de 1º, 2º ou 3º grau.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Em função da origem familiar e da sua estrutura de gestão, há a presença de administradores que são, concomitantemente: acionistas, conselheiros ou administradores da Companhia; ou acionistas, conselheiros e administradores da controlada Real Empreendimentos S/A; ou ainda acionistas e administradores na holdings controladora.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A companhia mantém um contrato de seguro de Responsabilidade Civil de seus administradores (*D&O – Directors and officers*), com o valor de cobertura limitado a MR\$ 5.000, prêmio de MR\$ 15.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. Outras informações relevantes sobre a administração da Companhia

Não aplicável. Justificativa: a Administração da Companhia entende não haver outras informações relevantes que não as apresentadas nessa seção.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração tem como objetivo o reconhecimento das competências e valores desenvolvidos pelos profissionais em atendimento as exigências da companhia e seguem os padrões de mercado.

(b) Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Conselho de Administração

Apenas o presidente do Conselho de Administração possui remuneração fixa mensal, os demais conselheiros recebem a sua remuneração através de jetons (através da participação em reuniões do conselho de administração).

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os membros da diretoria recebem honorários fixos mensais dentro dos padrões de mercado. Os membros da diretoria podem também receber remuneração variável através da participação nos resultados da empresa, como forma de premiar o atingimento de metas estabelecidas. O programa de participações no resultado é denominado PPR (Programa de Participação nos Resultados).

Conselho Fiscal

A remuneração de cada membro do conselho fiscal, quando instalado pela Assembléia Geral, é de 10% da remuneração média da diretoria da companhia.

(ii) Qual a proporção de cada elemento da remuneração total

A remuneração da Administração (Conselho de Administração e Diretoria) é fixada em sua totalidade pela Assembléia Geral Ordinária.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do valor estabelecido pela Assembléia Geral Ordinária.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A razão da composição da remuneração é a busca de um equilíbrio através da remuneração fixa e renda variável.

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa não possui indicadores de desempenho específicos, pois são utilizados valores de referencias de mercado. Já a remuneração variável está atrelada a indicadores e desempenhos, sendo os principais: vendas, margem bruta, margem operacional, ebitda, lucro liquido.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**(d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A remuneração variável é baseada no conceito de participação nos resultados, onde são estabelecidas metas de atingimento de resultados.

(e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração variável tem seus fundamentos atrelados a geração de valor para a companhia.

(f) Existência de remuneração suportada por subsidiária, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica a companhia. Justificativa: não há.

(g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica a companhia. Justificativa: não há.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2011 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	4,00		11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	500.000,00	4.700.000,00		5.200.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	500.000,00	4.700.000,00		5.200.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	4,00	4,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	130.000,00	1.042.000,00	92.000,00	1.264.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	130.000,00	1.042.000,00	92.000,00	1.264.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	4,00	5,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	167.000,00	836.000,00	108.000,00	1.111.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	167.000,00	836.000,00	108.000,00	1.111.000,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 Em relação à remuneração variável do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

As condições e metas estipuladas no programa de participação nos lucros para o exercício de 2010 foram parcialmente alcançadas. Desta forma houve a apropriação de PPR para o exercício.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício corrente, descrever:

A Companhia possui um Plano de Participação nos Resultados (PPR) para todo seu quadro de colaboradores, abrangendo inclusive a Diretoria Estatutária.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Os membros do Conselho de Administração da companhia possuem participação direta de 12,19% e indireta de 14,37%.

Atualmente na Diretoria da companhia existem dois membros que também fazem parte do Conselho de Administração. A participação destes Diretores está informada na quantidade da participação dos membros do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho Fiscal não possuem participação acionária direta e nem indireta na Companhia.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica a companhia. Justificativa: não há.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não se aplica a companhia. Justificativa: não há.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica a companhia. Justificativa: não há.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a

13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não se aplica a companhia. Justificativa: não há.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não se aplica a companhia. Justificativa: não há.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010
Nº de membros	4,00	1,00	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	367.272,12	129.870,29	22.460,40
Valor da menor remuneração(Reais)	185.235,96	129.870,29	22.460,40
Valor médio da remuneração(Reais)	260.402,85	129.870,29	22.460,40

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não se aplica a companhia. Justificativa: não há.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não se aplica a companhia. Justificativa: não há.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não se aplica a companhia. Justificativa: não há.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor. Não se aplica a companhia. Justificativa: não há.

13.16 - Outras informações relevantes

Não se aplica a companhia. Justificativa: não há.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**14.1. Descrição dos recursos humanos****a) Número total de colaboradores: 1.042**

UNIDADE	QUADRO DE PESSOAL
PELOTAS – RS	694
Engenho Centro	27
Engenhos Externos	14
Farinha	17
Areal	20
Vila Princesa	389
Administração	148
Insumos	79
JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE	78
SÃO GABRIEL – RS	4
ITAQUI – RS	265
URUGUAIANA - RS	1
TOTAL	1.042

b) Número total de terceirizados:

Em 2010 a companhia tinha a seguinte composição de terceiros:

Pelotas	14
Itaqui	03
Recife	02
Total	19

c) Índice de rotatividade:

A companhia possui em sua atividade um período de safra que tem duração de três meses em cada ano. Neste período o número de admissões e demissões é alto em decorrência de recebimento de matéria prima. Excluindo o período de safra o índice fica em 16,34%.

d) Exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas:

Já abordado em fatores de risco. A Companhia possui diversas ações trabalhistas, cujo montante total pedido pelas partes autoras remonta R\$ 2,726 milhões em 31/12/2010. A empresa não considera a classificação de ações trabalhistas e seu volume como um fator de risco relevante para sua operação.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2. Comentário sobre qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1.

Não aplicável à Companhia.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos funcionários da Companhia

a) Política de salários e remuneração variável

A Política utilizada pela companhia é pelo método de pesquisa salarial, enquadramento salarial por mérito e também por promoção.

A companhia possui um programa de remuneração variável, o PPR (Programa de Participação nos Resultados), distribuídos após o encerramento e aprovação do balanço da companhia pelos seus acionistas na assembléia que é realizada no mês de abril do ano seguinte.

b) Política de benefícios

Os benefícios oferecidos pela companhia são os seguintes:

- Plano de saúde ambulatorial e odontológico;
- Plano de saúde hospitalar;
- Convênio ótico;
- Convênio farmácia;
- Convênio Livraria;
- Cesta básica;
- Refeitório.

c) Características dos planos de remuneração baseados nas ações dos empregados não-administradores

Não aplicável.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4. Descrever a relação da Companhia com os sindicatos de relacionamento

A companhia mantém um relacionamento próximo com todos os sindicatos da categoria e em todas as bases territoriais.

Anualmente a companhia cumpre com as reposições salariais que foram aprovadas no acordo coletivo dos empregados. Também repassa os benefícios conquistados pelos funcionários que é parte integrante do citado acordo.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações %				
Detalhamento por classes de ações (Unidades)							
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
FAMA FUTUREVALUE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES							
10.619.803/0001-82	BRASILEIRA-RJ	Não	27.097	20,626789%	27.097	0,256000%	
0	0,000000%						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0,000000%					
JOSE OSWALDO MORALES JUNIOR							
066.016.438-82	BRASILEIRA-SP	Não	8.800	6,698739%	13.800	0,130400%	
5.000	0,047842%						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0,000000%					
IBERICA NEGOCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.							
13.075.182/0001-01	BRASILEIRA-RS	Não		0,000000%	1.030.000	9,855523%	
1.030.000	9,733100%						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0,000000%					
GABRIEL VOGT TIGRE							
609.888.000-04	BRASILEIRA-RS	Não	9.100	6,927106%	9.100	0,085900%	
0	0,000000%						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0,000000%					
PEROLI S/A PARTICIPACOES							
01.093.994/0001-09	BRASIL-RS	Não	500	0,380610%	6.162.476	58,233400%	
6.161.976	58,960675%						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0,000000%					

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Ações %	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações %	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)							
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %	Ações %	Ações %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
BANRISUL FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES							
88.198.056/0001-43	BRASILEIRA-RS	Não	Não	Não	17/11/2011		
0	0,000000%	22.700	0,000000%	17,279700%	22.700		0,214500%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %	Ações %	Ações %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
TOTAL	0	0,000000%	0,000000%				
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS							
92.682.038/0001-00	BRASILEIRA-SP	Não	Não	Não	10/12/2009		
0	0,000000%	52.500	0,000000%	39,964070%	52.500		0,496100%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %	Ações %	Ações %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
TOTAL	0	0,000000%	0,000000%				
OUTROS							
3.254.017	31,258383%	10.671	0,000000%	8,122986%	3.264.688		30,728177%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %	Ações %	Ações %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
TOTAL	0	0,000000%	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:							
0	0,000000%	0	0,000000%	0,000000%	0		0,000000%
TOTAL	10.450.993	100,000000%	131.368	100,000000%	10.582.361		100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA		ACIONISTA		ACIONISTA CONTROLADOR		COMPOSIÇÃO CAPITAL SOCIAL	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	Qtde. total de ações (Unidades)	Ações preferenciais %	Total ações %
Detalhamento de ações (Unidades)		Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Qtde. total de ações (Unidades)	Composição capital social		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Composição capital social		
CONTROLADORA / INVESTIDORA		ACIONISTA		ACIONISTA CONTROLADOR		COMPOSIÇÃO CAPITAL SOCIAL	
PEROLI S/A PARTICIPACOES		ACIONISTA		ACIONISTA CONTROLADOR		COMPOSIÇÃO CAPITAL SOCIAL	
		01.093.994/0001-09					
FERRAGENS VIANNA S/A							
92.192.236/0001-95	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010			
6.328.838	18,360460	0	0,000000	6.328.838			18,360460
Classe ação							
TOTAL	0	0,000000					
JOSAINVEST Negócios e Participações Ltda							
07.009.537/0001-61	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010			
15.129.936	43,893141	0	0,000000	15.129.936			43,893141
Classe ação							
TOTAL	0	0,000000					
OUTROS							
13.011.158	37,746399	0	0,000000	13.011.158			37,746399
TOTAL							
34.469.932	100,000000	0	0,000000	34.469.932			100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
FERRAGENS VIANNA S/A						
				92.192.236/0001-95		
OUTROS	157.972	38,487139	0	0,000000	157.972	38,487139
TOTAL	410.454	100,000000	0	0,000000	410.454	100,000000
VIANNA INVEST NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA						
08.173.613/0001-32	BRASIL-RS		Não	Sim	31/12/2010	
252.482	61,512861	0	0,000000	252.482	61,512861	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
JOSAINVEST Negócios e Participações Ltda				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
				07.009.537/0001-61		
Almaguês Negócios e Participações Ltda.						
06.188.543/0001-60	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010		
3.776.250	40,001233	0	0,000000	3.776.250	40,001233	
Classe ação						
TOTAL	0	0,000000				
L.M.A. Negócios e Participações Ltda.						
06.179.946/0001-43	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010		
1.886.250	19,980755	0	0,000000	1.886.250	19,980755	
Classe ação						
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
3.777.834	40,018012	0	0,000000	3.777.834	40,018012	
TOTAL						
9.440.334	100,000000	0	0,000000	9.440.334	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Almalaguês Negócios e Participações Ltda.						
				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
				06.188.543/0001-60		
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA						
007.256.500-44	BRASIL-RS	Não	Sim			
31.844	49,508706	0	0,000000	31.844		49,508706
Classe ação						
		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL		0	0,000000			
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR						
207.412.940-87	BRASIL-RS	Não	Sim			
144	0,223881	0	0,000000	144		0,223881
Classe ação						
		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL		0	0,000000			
MARCIA ALMEIDA OLIVEIRA KARAM						
457.707.270-04	BRASIL-RS	Não	Sim			
144	0,223881	0	0,000000	144		0,223881
Classe ação						
		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL		0	0,000000			
MARTHA ALMEIDA OLIVEIRA FIRPO						
417.879.780-87	BRASIL-RS	Não	Sim			
144	0,223881	0	0,000000	144		0,223881
Classe ação						
		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL		0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Almalaguês Negócios e Participações Ltda.						
				06.188.543/0001-60		
OUTROS						
32.044	49,819651	0	0,000000	32.044	49,819651	
TOTAL						
64.320	100,000000	0	0,000000	64.320	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
L.M.A. Negócios e Participações Ltda.						
				CPF/CNPJ acionista	06.179.946/0001-43	
ANNA LUCIA A OLIVEIRA SOARES						
411.410.400-34	BRASIL-RS	Não	Sim			
1.574	49,984122	0	0,000000	1.574	49,984122	
Classe ação						
TOTAL		0	0,000000			
LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA						
400.874.250-68	BRASIL-RS	Não	Sim			
1.575	50,015878	0	0,000000	1.575	50,015878	
Classe ação						
TOTAL		0	0,000000			
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
3.149	100,000000	0	0,000000	3.149	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
				CPF/CNPJ acionista	08.173.613/0001-32	
VIANNA INVEST NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA						
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA						
06.188.543/0001-60	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010		
390.000	40,271824	0	0,000000	390.000	40,271824	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
L.M.A. NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA						
06.179.946/0001-43	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010		
128.044	13,221963	0	0,000000	128.044	13,221963	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
450.375	46,506213	0	0,000000	450.375	46,506213	
TOTAL	968.419	100,000000	0	968.419	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UJF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPFCNPJ acionista						
06.188.543/0001-60						
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA						
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA						
007.256.500-44	BRASIL-RS	Não	Sim			
31.844	49,508706	0	0,000000	31.844		49,508706
Classe ação						
Qtde. de ações (Unidades)						
Ações %						
TOTAL	0	0,000000				
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR						
207.412.940-87	BRASIL-RS	Não	Sim			
144	0,223881	0	0,000000	144		0,223881
Classe ação						
Qtde. de ações (Unidades)						
Ações %						
TOTAL	0	0,000000				
MARCIA ALMEIDA OLIVEIRA KARAM						
457.707.270-04	BRASIL-RS	Não	Sim			
144	0,223881	0	0,000000	144		0,223881
Classe ação						
Qtde. de ações (Unidades)						
Ações %						
TOTAL	0	0,000000				
MARTHA ALMEIDA OLIVEIRA FIRPO						
417.879.780-87	BRASIL-RS	Não	Sim			
144	0,223881	0	0,000000	144		0,223881
Classe ação						
Qtde. de ações (Unidades)						
Ações %						
TOTAL	0	0,000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA						
						CPF/CNPJ acionista 06.188.543/0001-60
OUTROS	32.044	49,819651	0	0,000000	32.044	49,819651
TOTAL	64.320	100,000000	0	0,000000	64.320	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
L.M.A. NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA						
CPF/CNPJ acionista 06.179.946/0001-43						
ANNA LUCIA A OLIVEIRA SOARES						
411.410.400-34	BRASIL-RS	Não	Sim			
1.574	49,980000	0	0,000000	1.574	49,980000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA						
400.874.250-68	BRASIL-RS	Não	Sim			
1.575	50,020000	0	0,000000	1.575	50,020000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	3.149	100,000000	0	3.149	100,000000	

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembléia / Data da última alteração	02/05/2011
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	83
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	5
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	9

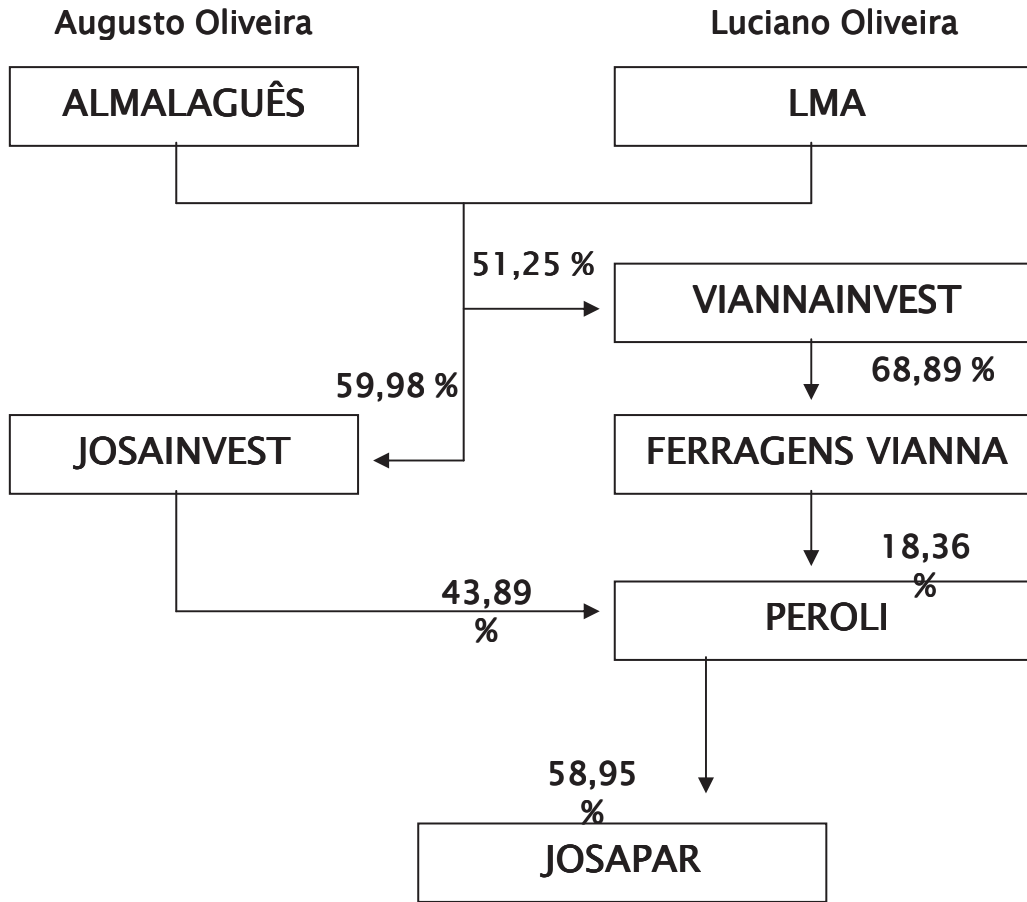
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	436.770	4,179220%
Quantidade preferenciais (Unidades)	131.368	100,000000%
Total	568.138	5,368726%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.4. Organograma do controle acionário



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5. Informações sobre acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia, do qual um controlador seja parte, regulando o exercício de direito a voto ou a transferência de ações da Companhia

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não houve alteração relevante nos 3 últimos exercícios sociais.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7. Outras informações relevantes sobre dados de controle

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre o controle societário da organização.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.2. Relações com partes relacionadas divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais:

Os saldos decorrentes das operações realizadas durante os exercícios com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

Em MR\$	Controladora		
	2010	2009	2008
Real Empreendimentos S.A.			
Realizável a longo prazo	194	34	100
Receita financeira	2.197	2.209	1.878
Outras			
Realizável a longo prazo	9.994	4.719	2.591
Exigível a longo prazo	(3.523)	(14.910)	(13.034)

Os saldos do exigível a longo prazo referem-se a contratos de mútuo, sobre os quais incidem encargos financeiros conforme a variação da TJLP. As demais operações mantidas com partes relacionadas observam as condições usuais de mercado.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Detalhado no anexo 16.1..

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3 - Em relação às transações com partes relacionadas ocorridas no último exercício social: a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflito de interesses; e b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há regra formal específica para esse tema.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
31/12/2010	120.000.000,00		10.450.993	131.368	10.582.361

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
17/12/2009	AGE	17/12/2009	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

.....

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5. Outras informações relevantes sobre o Capital da Companhia

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre o Capital da organização.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Segundo o estatuto social da companhia, são assegurados a seus acionistas dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme a Lei das Sociedades por ações
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais têm preferência no pagamento dos dividendos conforme a Lei das Sociedades por ações, e a elas ainda é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício, de acordo com o estatuto social da Companhia.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme a Lei das Sociedades por ações
<hr/>	

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2. Descrever, se existirem, regras estatutárias que limitem o direito a voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar ofertas públicas

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Companhia entende que devido ao ínfimo volume de negociações, esses movimentos podem não representar com exatidão a precificação dos valores mobiliários da organização, prejudicando a análise e tomada decisão de investimento na empresa.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais os valores da Companhia são admitidos à negociação

BOVESPA.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7. Informações sobre cada classe ou espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor
18.8. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades controladas ou coligadas

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.9. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10. Outras informações relevantes sobre Valores Mobiliários

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre Valores Mobiliários.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

19.4 - Outras informações relevantes

19.4. Fornecer outras informações relevantes sobre recompra de valores mobiliários

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre recompra de Valores Mobiliários.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2. Fornecer outras informações relevantes sobre o tema

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre política de negociação de Valores Mobiliários.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1. Descrição de normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**21.2. Descrição a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas**

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há política formal de divulgação de ato ou fato relevante que não aquelas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação das informações

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. Fornecer outras informações relevantes sobre o tema

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre política de divulgação de informações ao mercado.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre na operação normal dos negócios da Companhia

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2. Indicar alterações significativas na condução dos negócios da Companhia

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente ligados com suas atividades operacionais

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4. Fornecer outras informações relevantes sobre o tema

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre Negócios Extraordinários.